



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL**

**ENSINO COLABORATIVO E ADAPTAÇÃO CURRICULAR PARA O APOIO À
INCLUSÃO ESCOLAR: CONCEPÇÃO E ATUAÇÃO DOS PROFESSORES DO
ENSINO REGULAR E ESPECIAL**

Aluna: Joice Daiane Muniz

Orientadora: Prof^a Dr^a Márcia Duarte Galvani

São Carlos
2017

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL**

**ENSINO COLABORATIVO E ADAPTAÇÃO CURRICULAR PARA O APOIO À
INCLUSÃO ESCOLAR: CONCEPÇÃO DOS PROFESSORES DO ENSINO REGULAR E
ESPECIAL**

Trabalho de conclusão de curso – TCC apresentado
como requisito para conclusão do curso de Licenciatura
em Educação Especial da Universidade Federal de São
Carlos

Aluna: Joice Daiane Muniz

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Duarte Galvani

São Carlos
2017

Este trabalho é dedicado aos meus avós (in Memoriam) por sempre me apoiarem e estarem ao meu lado. Todos os dias me lembro de cada palavra de amor, carinho e de esperança, até mesmo após terem partido, sinto a presença de vocês iluminando os meus passos. Obrigada por sempre se orgulharem de mim, obrigada por serem a melhor parte de mim!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer a Deus por ter estado sempre presente em minha vida, dando sabedoria em minhas escolhas e decisões para que eu chegasse até aqui.

Agradeço também minha família por me apoiarem sempre e me incentivarem durante esses quatros anos de graduação. Em especial quero agradecer minha mãe Edina que sempre acreditou em mim e me confortou nos momentos difíceis por meio de suas orações ou ate mesmo em suas cartas e bilhetinhos escritos com tanto amor e carinho, meu pai Celso por me ajudar e conquistar este sonho, minhas irmãs por estarem sempre ao meu lado me ouvindo e tendo paciência nos momentos difíceis.

Ao meu namorado Bruno, por todo amor, carinho, compreensão e principalmente incentivo, que tem me dedicado durante esses anos. Por ter me ajudado desde o início, ouvindo meus desabafos com atenção assim como meus assuntos repetitivos com interesse e entusiasmo.

Às minhas amigas/irmãs Gabriela, Larissa, Polyane, Samara e Talita, pelas conversas, ajuda, alegrias, felicidades, sou grata por cada momento que passamos juntas e que irei levar para sempre comigo com muito amor e carinho , com vocês ao meu lado minha caminhada foi mais feliz e especial.

À minha orientadora profa. Dra. Márcia Duarte Galvani pela confiança em mim depositada, por todos os momentos de aprendizagem e experiência compartilhados, pela paciência, atenção e dedicação com a minha pesquisa.

À Prof. Dra. Juliane Ap. de Paula Perez Campos e a Prof.^a Vanessa Cristina Paulino, por participarem de minha banca examinadora.

As professoras do curso de Licenciatura em Educação Especial, por todos os ensinamentos.

A CNPq pelo auxilio financeiro pelo desenvolvimento da minha pesquisa.

À todos que, de alguma forma, contribuíram com a concretização desse sonho. Muito Obrigada!

Índice dos Quadros

Quadro 1. Estudos sobre adaptação curricular.....	21
Quadro 2. Estudos sobre ensino colaborativo.....	22
Quadro 3. Questões direcionadas as professores do ensino comum e especial.....	30
Quadro 4. Análise sobre as concepções dos professores participantes.....	32

Índice de Tabelas

Tabela 1. Informações sobre as participantes da pesquisa, em relação a formação profissional.....	27
Tabela 2. Caracterização sobre a idade e sexo dos participantes.....	28
Tabela 3. Concepções sobre os alunos com deficiência e práticas pedagógicas realizadas com os mesmos segundo relato das professoras do ensino comum e da educação especial.....	33
Tabela 4. Concepções sobre adaptação curricular realizadas com os alunos com deficiência intelectual segundo relato das professoras do ensino comum e da educação especial.....	37
Tabela 5. Adaptação curricular realizada com os alunos com deficiência intelectual segundo relato das professoras do ensino comum e da educação especial.....	40
Tabela 6. Conceito e prática do ensino colaborativo, segundo relato das professoras do ensino comum e da educação especial.....	43

Índice de Siglas

P – Participantes

PR – Professor Regular

PE – Professor Especial

SRMs – Sala de Recursos Multifuncionais

MA – Município A

MB – Município B

RESUMO

Os professores do ensino regular, diante da inclusão escolar de alunos com deficiência no sistema regular de ensino, receberam a responsabilidade de ministrarem aulas para alunos com e sem deficiência em uma mesma classe. Considerando que faltam aspectos básicos para garantir não apenas o acesso, mas a permanência e a apropriação dos conteúdos escolares, a presente pesquisa teve por objetivo geral: analisar a concepção dos professores do ensino regular e da educação especial a respeito do ensino colaborativo e da adaptação curricular para o apoio à inclusão escolar do aluno com deficiência. E como objetivos específicos tem-se: (a) analisar como os professores do ensino regular e da educação especial percebem o aluno com deficiência; (b) verificar como os professores concebem sua prática pedagógica em relação ao aluno com deficiência; (c) relacionar as concepções dos professores do ensino regular e da educação especial sobre trabalho colaborativo e adaptação curricular. A coleta de dados ocorreu nas dependências das escolas de educação básica, localizadas em dois municípios do interior do estado de São Paulo. Para alcançar os objetivos propostos, os participantes responderam dois roteiros de entrevista: um foi respondido por 10 professoras do ensino regular e o outro respondido por cinco professores da educação especial. Os dados foram analisados através das respostas às questões dos roteiros de entrevista sendo transcritos na íntegra e analisados qualitativamente por meio de análise de conteúdo categorial. Como resultados, verificou os professores do ensino regular e da educação especial percebem que o aluno com deficiência necessita de um profissional para auxiliar e acompanhar suas atividades escolares, ou seja, que necessita de atendimento mais específico e individualizado. No que se refere à adaptação curricular, os professores acreditam que por meio de uma adaptação curricular é possível facilitar o aprendizado do aluno. Em relação à proposta de trabalho colaborativo, os professores da classe comum e da educação especial relataram que, ao utilizar a estratégia de apoio a inclusão escolar, eles desenvolvem um olhar centralizado no aluno com deficiência, e como resultado deste olhar, ocorre uma parceria entre os mesmos. Sendo assim os resultados sugeriu que os alunos com deficiência necessitam de atividades diferenciadas para acesso ao currículo escolar, o que evidencia a necessidade das adaptações curriculares e do ensino colaborativo como fonte de apoio a este serviço.

Palavras-chave: Educação Especial. Ensino colaborativo. Adaptação curricular. Inclusão escolar.

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	10
1.1Prática pedagógica e currículo escolar no apoio àinclusão escolar de alunos com deficiência.....	10
1.2 Ensino Colaborativo.....	15
1.3Estudos sobre adaptação curricular e o ensino colaborativono.....	18
2. METODO	24
2.1 Aspectos éticos.....	24
2.2Participantes.....	24
2.3 Local de coleta de dados	26
2.4 Instrumentos.....	28
2.5 Procedimentos de coleta dos Dados.....	29
2.6 Procedimentos de análise dos Dados	29
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO	31
3.1 Concepções sobre o aluno com deficiência intelectual e prática pedagógica utilizadas com os mesmos	31
3.2 Adaptação curricular	34
3.3 Ensino colaborativo	40
3.4 Relação das concepções dos professores do ensino regular e da educação especial	44
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
5.REFERÊNCIASBIBLIOGRAFICAS.....	49
APÊNDICE I	56
ANEXO I.....	70

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa faz parte do projeto maior “ENSINO COLABORATIVO E ADAPTAÇÃO CURRICULAR PARA O APOIO À INCLUSÃO ESCOLAR: PRÁTICAS COLABORATIVAS ENTRE OS PROFESSORES” (apoio financeiro: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), que está vinculado ao grupo de pesquisa “Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Escolarização da Pessoa com Deficiência” – GEPEPD, o qual é liderado pela orientadora do mesmo.

Para isso o presente estudo apoiou-se nos seguintes referências teóricas para abarcar tal temática (a) Prática pedagógica e currículo escolar no apoio à inclusão escolar de alunos com deficiência, (b) Ensino colaborativo e (c) Estudos sobre adaptação curricular e o ensino colaborativo.

1.1 Prática pedagógica e currículo escolar no apoio à inclusão escolar de alunos com deficiência

A inclusão escolar dos alunos com deficiência vem se tornando uma realidade em todo panorama nacional, de acordo com os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2015), no ano de 2014 foram registradas 49,8 milhões de matrículas na educação básica, das quais 698.468 eram de alunos público alvo da educação especial (PAEE)*¹que frequentavam as salas de aulas comuns.

Com o aumento no número de matrículas, o ponto primordial que tem sido discutido nas escolas, é como tem ocorrido o processo de escolarização dos alunos com deficiência. A educação é um direito garantido e assegurado, na qual, municípios, estados e união têm obrigação de fornecer atendimento a todos sem discriminação (BRASIL, 1988).

*O termo público alvo da Educação Especial representado pela sigla PAEE tem sido utilizado atualmente nas pesquisas e aparece no presente artigo devido ao Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado. Esse grupo compõe os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superlotação. Sendo assim, optamos por manter em todo o texto essa terminologia.

Para além das condições de acesso, de equipamentos e materiais adequados, uma educação de qualidade deve contar com uma prática pedagógica que produz conhecimento e aprendizagem dos conteúdos curriculares.

As diretrizes de políticas públicas consideram a prática pedagógica como mero exercício reprodutor de fazeres e ações externas as pessoas. Sabe-se que a prática não muda por decretos ou por imposições. A mesma pode alterar quando houver o envolvimento reflexivo das pessoas envolvidas (FRANCO, 2012).

As práticas pedagógicas incluem desde planejar e sistematizar a dinâmica dos processos de aprendizagem até direcionar no meio de processos que ocorrem para além dela, de forma a garantir o ensino de conteúdos que são considerados fundamentais para aquele nível de formação do aluno (FRANCO, 2012).

Segundo Franco, (2015, p. 605):

uma aula só se torna uma prática pedagógica quando ela se organiza em torno: de intencionalidades, de práticas que dão sentido às intencionalidades; de reflexão contínua para avaliar se a intencionalidade está atingindo todos; de acertos contínuos de rota e de meios para se atingir os fins propostos pelas intencionalidades. Configura-se sempre como uma ação consciente e participativa.

Pode-se afirmar que é por meio das práticas pedagógicas, que os alunos têm, acesso ao currículo escolar. Segundo Franco (2015) a prática pedagógica se caracteriza pela intencionalidade de atender as expectativas educacionais dos alunos e se desenvolvem por competência docente, ou seja, cabe ao professor organizar a transmissão dos conteúdos curriculares para que os alunos tenham acesso ao conhecimento.

Nesse contexto, Sacristán (2000, p. 185) coloca que:

O professor transforma o conteúdo do currículo de acordo com suas próprias concepções epistemológicas e também o elabora em conhecimento pedagogicamente elaborado de algum tipo e nível de formalização enquanto a formação estritamente pedagógica lhe faça organizar e acondicionar os conteúdos da matéria, adequando-os para os alunos.

O currículo escolar é instrumento pedagógico que contempla a teoria, a prática, os princípios escolares, o planejamento e a ação pedagógica, podendo assim ser definido com base em três categorias: currículo oficial (conjunto de experiência pedagógica organizada e oferecida aos alunos pela escola), currículo em ação (o que de fato acontece na escola) e currículo oculto

(normas e regras não explicitadas que governam as relações que se estabelecem na escola) (MOREIRA, 1997).

Assim, o currículo escolar é um documento que norteia e viabiliza todo o processo de ensino e aprendizagem. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais –PCNs (1999) o currículo é:

A ferramenta básica da escolarização; busca dimensionar o sentido e o alcance que se pretende dar às adaptações curriculares como estratégias e critérios de atuação docente; e admite decisões que oportunizam adequar a ação educativa escolar às maneiras peculiares de os alunos aprenderem, considerando que o processo de ensino-aprendizagem pressupõe atender à diversificação de necessidades dos alunos da escola (BRASIL, 1999, p.15).

Stainback e Stainback (2006) colocam que, pelo fato de não encontrar mais homogeneidade na sala de aula, a existência somente do currículo formal, sem adaptações individuais, pode ser contestada desde o princípio.

Sabendo dos benefícios da adaptação curricular no ensino dos conteúdos para os alunos com deficiência intelectual, o estudo de Duarte (2008) teve como objetivo conhecer a situação escolar dos alunos com síndrome de Down que frequentavam o Ensino Fundamental e Médio das escolas da rede pública e particular da cidade de Araraquara – SP, em relação aos conteúdos correspondentes às séries que estavam frequentando. Na realidade investigada os resultados apontaram que os alunos com deficiência intelectual precisam de um maior tempo para a realização das tarefas, ensino individualizado, adaptação curricular, bem como mudança na forma de transmitir os conteúdos e de dosar mais a quantidade das atividades para evitar o cansaço.

Segundo o artigo 2 da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Nº 13146, de 2015 considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Para atender os alunos com deficiência a lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, nº 13146 versa sobre a oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão escolar. O seu artigo 28, complementa tais questões ao destacar que:

- I – sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;
- II – aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;
- III – projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;

Desta forma, ter um currículo adequado não é opção para a escola e sim um direito que deve ser garantido ao aluno com deficiência intelectual.

No entanto a inclusão escolar de alunos com deficiência que apresentam dificuldades para acompanhar as atividades curriculares na sala de aula comum, evidenciou que a prática pedagógica tradicional, baseada apenas na transmissão de conhecimento, é ineficaz para ensinar grande parte desses alunos. A inclusão escolar revelou ainda que a educação, com seus métodos tradicionais, exclui cada vez mais os alunos com deficiência, ao invés de incluí-los (FREITAS, 2006).

As adaptações curriculares caracterizam-se como uma estratégia de ensino que auxilia o currículo oficial, especificando e estruturando um caminho para nortear a prática pedagógica a partir de um planejamento desenvolvido pelos professores da educação especial e do ensino regular no intuito de apoiar a inclusão escolar dos alunos com deficiência (DUARTE, 2008).

Considerando a importância das práticas pedagógicas em apoio a inclusão escolar dos alunos com deficiência Antunes (2008) desenvolveu um estudo visando analisar a forma como os professores lidam com a organização do currículo em classes comuns de pré-escola que tinham alunos com deficiência intelectual, além de verificar o que aparece de maneira sistemática no discurso dos professores a respeito da gestão do currículo relacionada a diferentes aspectos da prática pedagógica. Foram participantes da pesquisa oito professores da educação infantil, cinco alunos com síndrome de Down; um aluno com deficiência múltipla (com associação de deficiência intelectual e outras deficiências), um aluno com poli neuropatia sensitivo motora, (associada a um atraso cognitivo) e um aluno com deficiência múltipla e comprometimento cognitivo associado a questões visuais e motoras. Os dados do estudo indicaram a relevância de um currículo flexível que permita intervenções para promover os ajustes necessários para possibilitar o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos.

Lopes (2010) realizou um estudo que teve o objetivo de elaborar, um conjunto com os profissionais da escola (professores e equipe pedagógica), plano de estratégias de adequações curriculares identificadas na literatura e construídas pelas participantes e pesquisadora e aplicar as estratégias de adequações inseridas no currículo da série na qual os alunos com deficiência encontram-se incluídos no ensino regular, no contexto da sala de aula e na sala de recursos. A presente pesquisa contou com a diretora, uma supervisora, uma professora da 4ª série; uma professora da sala de recursos e seis alunos. Os dados mostraram que as adaptações curriculares são necessárias para que o aluno com deficiência obtenha êxito acadêmico, entretanto para que as mesmas passem a fazer parte do cenário educacional nacional a pesquisadora destacou a necessidade de formação e conscientização dos professores para lidarem com esses alunos nas salas de aula, pois por muitas vezes a responsabilidade de lidar com os alunos com deficiência na rede regular de ensino fica somente a cargo do professor da área da educação especial.

Considerando a importância da adaptação curricular em apoio à inclusão dos alunos com deficiência, Fonseca (2011) realizou um estudo que analisou se a prática pedagógica implementada pelo professor do ensino comum abrange flexibilização e adequação curricular para alunos com necessidades educacionais especiais, preservando e garantindo seu direito à educação e à aprendizagem. Participou do estudo uma professora do 3º ano do Ensino Fundamental. Por meio das entrevistas semiestruturadas e análise documental, obtiveram-se dados que mostraram que a professora da sala de aula regular revelou sentir dificuldades para atender aos alunos com necessidades educacionais especiais, e sem ânimo para prosseguir com as aulas, principalmente as de matemática. Na realidade investigada, percebeu-se a necessidade de uma formação adequada para os professores, visto que foi relatado dificuldade em atender e lidar com os alunos com deficiência.

Já no estudo de Boer (2012) foi realizada uma descrição e análise de uma ação formativa para a construção de um plano de adequação curricular em uma diretoria de ensino no interior do Estado de São Paulo, no período de 2007 a 2009. Participaram do presente estudo um supervisor de ensino, um professor coordenador de oficina pedagógica (área da Educação Especial), sete professores coordenadores do ciclo I, um professor coordenador do ciclo II, seis professores PEB II (sala de recursos – Deficiência Intelectual), dois professores PEB II (sala de recursos – Deficiência Auditiva) e um professor PEB II (sala de recursos – Deficiência Visual). Os dados

mostram que os professores coordenadores reconheceram que não contribuíam suficientemente para respaldar as práticas dos professores de sala de aula regular.

Assim, pode-se dizer que a adaptação do currículo é uma ferramenta para o apoio à inclusão escolar dos alunos com deficiência, contudo para que as mesmas ocorram é primordial que se invista na formação docente.

1.2 Ensino Colaborativo

O termo ensino colaborativo é definido como uma parceria entre os professores do ensino regular e especial, desde que os dois professores se responsabilizem e compartilhem o planejamento, a execução e a avaliação de um grupo heterogêneo de estudantes, dos quais alguns possuem deficiência (COOK; FRIEND, 1993). Para isto é importante que os dois professores estejam dispostos a participar deste processo (MENDES, 2006).

Dentre as atribuições do professor da educação especial, mencionadas na Resolução nº 4/2009, pode-se destacar uma proposição de trabalho colaborativo.

Estabelecer a articulação com os professores da sala de aula comum e com demais profissionais da escola, visando à disponibilização dos serviços e recursos e o desenvolvimento de atividades para a participação e aprendizagem dos alunos nas atividades escolares; bem como as parcerias com as áreas intersetoriais (BRASIL, 2009, p.5).

Segundo Capellini (2004) o professor da Educação Especial deve trabalhar em parceria com os demais professores e da unidade escolar. Esta relação entre eles traz benefícios para a escola fazendo com que os professores possam refletir sobre suas práticas e se atualizarem quanto a aprendizagem dos alunos.

Para que o trabalho colaborativo se torne efetivo é necessário que ocorra respeito, compromisso, apoio mútuo e compartilhamento de saberes, pois cada profissional detém de saberes que partilhados oferecem benefícios ao parceiro e também são beneficiados (CAPELLINI, 2004).

Além da partilha dos saberes é preciso outros conhecimentos para a efetivação do trabalho colaborativo. Keefe, Moore e Duff (2004) indicam quatro passos essenciais para o trabalho colaborativo. Para estes autores, o primeiro passo é conhecer a si mesmo, sendo crítico e susceptível a mudanças. Posteriormente é necessário que conheça seu parceiro de forma

profissional. Depois é necessário que o conhecimento acerca do aluno, reconhecendo suas dificuldades e habilidades, entre outras particularidades oferecendo proximidade entre aluno e professor. E, por fim, ter conhecimento dos materiais que serão utilizados para posteriormente adequá-los as especificidades educacionais do aluno.

Para que ocorra uma atuação colaborativa é preciso que os professores compartilhem dos mesmos objetivos e possam planejá-los em conjunto. Friend e Cook (1990) colocam algumas condições necessárias para colaboração entre os professores: a) existência de um objetivo comum; b) equivalência entre participantes; c) participação de todos; d) compartilhamento de responsabilidades; e) compartilhamento de recursos e f) voluntarismo, sendo assim quando os professores estão dispostos a realizar estas condições a atuação colaborativa se desenvolve com maior sucesso.

Desta forma, Assis, Almeida e Mendes (2011), citam que o ensino colaborativo não ocorre com rapidez e facilidade, pois o professor precisa refletir sobre suas práticas e estabelecer relação de parceria.

Considerando a importância do ensino colaborativo para a inclusão escolar de alunos com deficiência Capellini (2004) desenvolveu um estudo visando verificar as implicações do ensino colaborativo com alunos com deficiência intelectual. Em relação a sua metodologia a intervenção baseada no ensino colaborativo envolveu o estabelecimento de uma parceria sistematizada do professor de ensino especial dentro da classe comum, juntamente com o professor do ensino comum, em alguns dias da semana, além de atividades extraclasse de planejamento, reflexão sobre a prática , reuniões , com familiares, reuniões com o coletivo da escola, e estudos dirigidos, sendo assim a intervenção durou de um semestre a um ano. Após a etapa de intervenção foram coletadas medidas de validade social baseada nas opiniões das professoras e das famílias, sobre ensino colaborativo. Na realidade investigada, percebeu-se avanços acadêmicos dos alunos com deficiência intelectual além, do desenvolvimento profissional e pessoal com os professores. Outro fato importante apontado no estudo está relacionada as implicações na implementação do ensino colaborativo, citando a existência de uma cultura escolar que não adere a estas mudanças.

Com a finalidade de implementar uma parceria colaborativa entre o professor do ensino regular e o professor de educação especial Castro et al (2007), desenvolveram um estudo , na

qual os participantes foram coordenadoras pedagógicas, diretoras e professoras da rede regular de ensino. Por meio das entrevistas semiestruturadas realizadas com tais participantes, obtiveram-se dados que o ensino colaborativo pode contribuir significativamente para a inclusão de alunos PAEE, porém, para que isso ocorra é necessário que haja, por parte do professor do ensino comum, o interesse de transformar sua prática pedagógica adequando-a as reais necessidades de sua turma.

Para discutir a importância do desenvolvimento de atividades colaborativas nas escolas Damiani (2008) realizou uma ampla revisão de literatura voltada para: a teorização acerca dos processos psicológicos envolvidos nesse tipo de atividade, com base, principalmente, na psicologia sócio-histórica, de modo que esta pudesse considerar que os estudos encontrados tem como intuito principal resumir e divulgar, pelo menos em parte, o conhecimento já produzido sobre o trabalho colaborativo na educação. Na realidade investigada, percebeu-se que ainda que é necessário o desenvolvimento de pesquisas práticas que versem sobre o assunto de modo a tornar essa técnica de ensino mais popular e de fácil replicação.

Na investigação, Rabelo e Santos (2011) analisaram quais as implicações da proposta de ensino colaborativo na escolarização de um aluno com autismo no contexto da educação infantil. Os autores utilizaram como metodologia de estudo a pesquisa colaborativa, assim, participaram deste estudo uma professora do ensino comum que trabalhou em parceria com uma professora especialista em educação especial. Os resultados apontaram que é necessário desenvolver habilidades e competências colaborativas, no espaço de vivências de colaboração, movidos por finalidades e objetivos claros.

Nessa mesma direção, Vilaronga e Mendes (2014) analisaram as experiências práticas de ensino colaborativo dos professores de educação especial do município de São Carlos-SP, que participaram de um curso de formação na temática em 2011. Na realidade investigada, permitiu-se que as autoras tivessem acesso a diversos exemplos de coensino e que estas pudessem refletir sobre os fatores de colaboração entre o professor regular e o de educação especial nas escolas, bem como a preparação efetiva dos profissionais que atuam em Educação Especial e assim contribuir de forma efetiva para a existência dessa realidade na escola.

Em concordância com os estudos apresentados acima, Duarte (2008) discorre que os professores das escolas da classe comum devem articular-se com os professores de educação

especial, no sentido de obter o suporte necessário para garantir que os alunos com deficiência consigam aprender os conteúdos que o currículo formal do ensino regular exige.

Nesse contexto, o trabalho colaborativo entre o professor da classe comum e o professor da educação especial, é uma estratégia de apoio para inclusão escolar para planejar, avaliar, organizar recursos e procedimentos de ensino para os alunos com deficiência, visto que o professor do ensino regular tem conhecimento de conteúdo e currículo, enquanto o professor de educação especial é especialista em avaliação, instruções e estratégias de ensino (SILVA, 2007).

Considerando toda complexidade da questão da adaptação curricular e do ensino colaborativo como uma alternativa positiva para apoio a inclusão escolar seria interessante situar a princípio como a adaptação curricular e ensino colaborativo vem sendo utilizados no apoio à inclusão escolar de alunos com deficiência.

1.3 Estudos sobre adaptação curricular e o ensino colaborativo

Foi utilizado como locus da pesquisa sobre as temáticas adaptação curricular e ensino colaborativo o Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Scientific Electronic Library Online (SciELO), esses bancos de dados foram selecionados por representarem nacionalmente e internacionalmente as produções de conhecimento acerca dos mais diversos temas e interesses.

As buscas ocorreram por meio da utilização os seguintes descritores: *Trabalho colaborativo e inclusão escolar*, *Ensino colaborativo e inclusão escolar*, *Adaptação curricular e inclusão escolar*, *Práticas pedagógicas e deficiência*, as quais foram inseridas uma por vez e ou cruzadas entre si, gerando inicialmente um total de 51 trabalhos, que tiveram seus títulos e resumos lidos na íntegra, momento este em que foram eliminadas as produções que apresentavam duplicidade e/ou não tinham a ver com a temática, sendo selecionados desse total, dez trabalhos.

A partir desta etapa, seguida da leitura exploratória e seletiva, realizou-se a categorização das produções encontradas em relação à porcentagem por banco de dados, variáveis estudadas, ao tipo de produção (artigo e periódico, tese ou dissertação) e técnica de coleta de dados.

Em relação à distribuição das temáticas estudadas (adaptação curricular, ensino colaborativo) por base de dados, das oito publicações selecionadas, seis estão disponibilizadas no

Portal da CAPES e duas no Scielo, sendo que na primeira fonte de dados encontram-se disponíveis 5 trabalhos relacionados à adaptação curricular e 3 ao ensino colaborativo e na segunda fonte de dados (Scielo) encontra-se disponível um a produção de cada temática (adaptação curricular e ensino colaborativo).

O quadro 1 abaixo apresenta as pesquisas encontradas que abordam a temática de adaptação curricular, de acordo com o título, autor, ano de sua publicação e caráter do trabalho.

Quadro1: Estudos sobre adaptação curricular

Estudos sobre adaptação curricular			
Título	Autores	Ano	Caráter do trabalho
Enigma da inclusão: das intenções as praticas pedagógicas	Caputo	2007	Artigo
Educação inclusiva: um estudo a partir de uma proposta inclusiva alemã.	Maciel	2007	Dissertação
Examinar, enquadrar, adaptar o currículo e desenvolver a língua de sinais: estratégias de normalização de alunos surdos down em uma escola de surdos	Kuchenbecker; Thoma	2011	Artigo
Alfabetização de alunos com deficiência intelectual: um estudo sobre estratégias de ensino utilizadas no ensino regular	Guebert	2013	Tese
Formação continuada: análise dos recursos e estratégias de ensino para a educação inclusiva sob a ótica docente	Duek	2014	Artigo

Fonte: Elaboração própria

No que se refere a temática do ensino colaborativo , os aportes teóricos e reflexões práticas para esta estratégia foram encontrados em três produções acadêmicas que serão

apresentadas no quadro 2, de acordo com o título, autor , ano de sua publicação e caráter do trabalho.

Quadro 2 : Estudos sobre Ensino colaborativo

Estudos sobre ensino colaborativo			
Título	Autores	Ano	Caráter do trabalho
Inclusão escolar pela via da colaboração entre educação especial e educação	Almeida , Toyoda	2011	Artigo
Formação de professores por meio de pesquisa colaborativa com vistas à inclusão de alunos com deficiência intelectual	Toledo, Vitalio	2012	Artigo
Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores	Vilaronga, Mendes	2011	Artigo

Fonte: Elaboração própria

Assim, pode-se dizer que a maioria dos estudos encontrados nos bancos de dados refere-se a adaptação curricular , o que indica que trabalhos nesta temática vem sendo publicados em maior quantidade , do que a temática ensino colaborativo, o que pode ter sido ocasionado por essa estratégia de ensino se tratar de uma tentativa dos professores e dos agentes envolvidos na rede regular de ensino de viabilizar o acesso curricular a diversidade presente nas salas de aula comum, por meio de alterações metodológicas e temporais nos conteúdos escolares (BLANCO, 2004).

No que tange as principais variáveis presentes nos estudos encontrados, pode-se verificar que um trabalho referia-se à aplicabilidade do ensino colaborativo em sala de aula comum, três a adaptação curricular como estratégia de ensino dos conteúdos curriculares aos alunos com deficiência e três a programas de formação para atuar frente a inclusão escolar a partir do uso do ensino colaborativo.

Esses dados indicam que a maioria dos estudos revisados tinham como variável o uso das adaptações curriculares como estratégia de ensino aos alunos com deficiência matriculados na rede regular e a formação de professores para atuar no ensino colaborativo, visto que aparecem três publicações referentes a cada variável.

Se por um lado as adaptações curriculares visam tornar o currículo oficial acessível a todos os alunos, por meio de ajustes (GUADAGNINI, DUARTE 2015), por outro o ensino colaborativo propõe a parceria entre o professor da sala de aula comum e o professor da área da educação especial no planejamento, elaboração e avaliação das atividades curriculares.

O que nos permite considerar, que para efetivação da inclusão escolar, é primordial que se invista na formação profissional pautada no trabalho em conjunto, na interdisciplinaridade, na teoria e nas atividades práticas de modo a dar condições ao profissional para realizar um trabalho condizente com as especificidades dos alunos com deficiência (MARTINS; ALENCAR 2011).

Em relação aos tipos de pesquisa presentes nas produções encontradas foram: colaborativa, investigativa, documental, intervenção e pesquisa-ação. Sendo que das produções encontradas, uma publicação caracterizava-se como pesquisa-ação, uma como intervenção, uma como documental, três estudos como investigativa e quatro pesquisa colaborativa.

Pode-se constatar então, que o tipo de pesquisa mais utilizado foi a pesquisa colaborativa, que segundo Ibiapina (2008), caracteriza-se como uma proposta de investigação educacional, capaz de articular a pesquisa e o desenvolvimento profissional por intermédio de aproximações entre a universidade e a escola.

Nesse tipo de pesquisa as reflexões são construídas coletivamente são orientadas para as ações que pretendem transformar a realidade. Nesse sentido, há, pois, um processo formativo que mobiliza saberes da teoria e da prática, científicos e experienciais de sujeitos historicamente situados, capazes de desenvolver competências e habilidades, em um processo contínuo de construção de novos conhecimentos que se mobilizam para transformar a prática educativa (CABRAL, 2013).

As técnicas de coleta de dados presentes nas produções descritas foram: análise documental, observação e vídeo filmagens, sendo uma publicação com cada técnica, bem como diário de campo em que foram encontradas duas publicações e observação/entrevista em que foram encontradas quatro publicações.

Assim, pode-se dizer que houve maior predominância no uso da técnica de coleta de dados por meio da observação e entrevista, segundo Marconi e Lakatos (1999), esse tipo de técnica possibilita a obtenção de informações por meio do confronto entre aquilo que é dito nas entrevistas e o que é observado.

Portanto, para esses autores a entrevista caracteriza-se como o encontro entre duas pessoas, de forma que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto, enquanto a observação “[...] utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Consiste de ver, ouvir e examinar fatos ou fenômenos” (MARCONI; LAKATOS, 1999).

Logo, a partir desse estudo, pode-se considerar que nos últimos quinze anos, foram publicados um número reduzido de pesquisas envolvendo a temática adaptação curricular e ao ensino colaborativo, sendo necessário, portanto investir na busca do conhecimento para com essas temáticas.

Pode-se observar também que a maioria das pesquisas desenvolvidas em ambas as áreas é de cunho colaborativo e tiveram como técnica de coleta de dados a observação seguida de entrevista, o que permite considerar que cada vez mais tem-se procurado analisar as principais concepções e práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores para atender aos alunos com deficiência, atualmente presentes nas salas de aula comum.

Os trabalhos apresentaram resultados relevantes para a área da Educação Especial, e principalmente para o contexto da proposta de trabalho colaborativo e adaptação curricular para o apoio a inclusão escolar, visto que ainda são temáticas que merecem mais estudos.

Sendo assim para que a inclusão ocorra de fato além desta parceria é necessário promover meios para que o aluno com deficiência tenha acesso aos conteúdos curriculares, que consequentemente a partir deste acesso será oferecido meio para participação efetiva em todas as atividades escolares para estes alunos, proporcionando apoio à inclusão escolar.

Assim, esse estudo buscou averiguar se o sistema de ensino regular está preparado para atender aos alunos com deficiência, no sentido de oferecer prática pedagógica e recursos adaptados a fim de contemplar as demandas do currículo escolar. Desta forma, surgiram as seguintes indagações: Qual a concepção dos professores do ensino regular e da educação especial a respeito do ensino colaborativo e da adaptação curricular para o apoio à inclusão

escolar do aluno com deficiência? Como os professores do ensino regular e da educação especial percebem o aluno com deficiência? Como os professores concebem sua prática pedagógica em relação ao aluno com deficiência? Qual a relação das concepções dos professores do ensino regular e da educação especial sobre trabalho colaborativo e adaptação curricular?

Desta forma, o presente estudo teve por objetivo geral analisar a concepção dos professores do ensino regular e da educação especial a respeito do ensino colaborativo e da adaptação curricular para o apoio à inclusão escolar do aluno com deficiência. E como objetivo específico tem-se: (a) analisar como os professores do ensino regular e da educação especial percebem o aluno com deficiência; (b) verificar como os professores concebem sua prática pedagógica em relação ao aluno com deficiência; (c) relacionar as concepções dos professores do ensino regular e da educação especial sobre trabalho colaborativo e adaptação curricular.

2. METODO

O estudo será efetivado mediante abordagem qualitativa em educação e apresenta um delineamento descritivo. Segundo Gil (2002), as pesquisas com esse delineamento “[...] têm por objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno” (GIL, 2002, p. 42). Para o autor, algumas pesquisas realizadas com base nesse delineamento, vão além de simplesmente identificar a relação entre as variáveis, pois pretendem determinar também a natureza dessa relação.

2.1 Aspectos éticos

O presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), CAEE: 50487515.0.1001.5504(ANEXO I). A identidade dos participantes foi resguardada, com uso dos dados somente para fins científicos. Foi inserido no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) os objetivos, riscos e benefícios do estudo.

2.2 Participantes

Foram participantes da pesquisa 10 professores da que lecionam na sala de aula comum e 5 professores da educação especial. Foram recrutados professores dos gêneros masculino e/ou feminino, que atuavam com alunos com deficiência intelectual.

A seleção desses participantes fundamentou-se no critério de amostragem não probabilística, do tipo conveniência, levando em consideração os seguintes critérios: ser professor (a) efetivo (a) da sala de aula comum da educação básica, ser professor (a) da educação especial e estar atendendo os alunos com deficiência intelectual nas SRMs.

Os participantes foram identificados por meio de uma letra e um número, formando uma nomeação para cada participante da pesquisa (Participante 1= P1; Participante 2 = P2 e assim sucessivamente). Os professores do ensino regular e especial também foram identificados por siglas (PR = Professor Regular; PE= Professor Especial). Assim, com a finalidade de caracterizar

a formação profissional dos entrevistados, a Tabela 1 apresenta informações sobre a formação inicial, segundo graduação e formação complementar.

Tabela 1. Apresenta informações sobre as participantes da pesquisa, em relação a formação profissional

Professoras do ensino comum (n=10)		
Formação inicial	Segunda graduação	Curso de Especialização
Pedagogia (n= 2) P1, P10	Pedagogia (n=6) P2, P3, P4, P5, P7, P9	Cursos especialização de até 360 h (n=8) P1,P2,P3,P4,P6,P7,P9,P10 Curso atualização (n=1) P8 Não possui (n=1) P6
Letras (n=2) P2, P8	Não possui (n=3)P6, P8, P10	
História (n=1) P3		
Artes (n=3) P4, P5, P9		
Geografia (n=2) P6, P7		
Professoras do ensino especial (n=5)		
Pedagogia (n=5) P1,P2, P3, P4 , P5	Educação Esp. Pedagogia (n=1) P1	Cursos especialização de até 360 h (n=4) P1, P3, P4, P5 Mestrado (n=1) P2
	Não possui (n=4) P2, P3, P4, P5	

Fonte: Elaboração própria

A Tabela 2 apresenta dados sobre os professores regulares participantes da pesquisa contendo informações sobre a idade dos participantes e seu gênero.

Tabela 2. Apresenta informações sobre idade e sexo dos participantes

Participante	Idade	Sexo
P1	40 anos	F
P2	28 anos	F
P3	37 anos	F
P4	48 anos	F
P5	38 anos	M
P6	38 anos	F
P7	48 anos	F
P8	40 anos	F
P9	39 anos	M
P10	57 anos	F

Fonte: Elaboração própria

A média de idade dos participantes que lecionavam para a sala de aula regular foi de 38 a 48 anos sendo oito do gênero feminino e apenas dois participantes do gênero masculino. médio de atuação em sala de aula foi de 2 a 20 anos. Quanto os professores da educação especial, estas tinham média de idade de 51 anos e todas eram do sexo feminino.

Em relação ao número de alunos matriculados por sala, os professores regulares lecionam no mínimo para 15 alunos e no máximo 30, na qual deste alunos, estão matriculados pelo menos 1 aluno com deficiência em cada sala.

No que diz respeito ao tipo de deficiência dos alunos, todos apresentam diagnostico de deficiência intelectual associada ou não a outras deficiências como a deficiência física e visual.

2.3 Local de coleta de dados

A coleta de dados junto às professoras, tanto do ensino regular quanto da educação especial, foi realizada em três escolas municipais localizadas em dois municípios distintos da

região Sudeste do interior do estado de São Paulo. Sendo assim cada escola será identificada pelas letras A, B e C.

Na escola A o horário de funcionamento são das 07h00min às 12h15min (manhã) e das 12h30min às 17h50min (tarde) e 19h00min as 23h00minmin (noite), a mesma localiza-se no centro do município. A escola é a única neste município que oferece o Ensino Fundamental Regular de 6 à 8 serie, Ensino Fundamental de nove anos do 1 ao 9 anos regulares e Educação de Jovens e adultos . A mesma conta com 44 funcionários distribuídos em diversas funções (diretora, coordenadora pedagógica, professores, inspetores de alunos, auxiliares de serviço, nutricionista, merendeiras, dentista, supervisora de merenda, oficiais administrativos e monitoras).

Em relação a escola B seu horário de funcionamento são das 07h00min às 12h15min (manhã) e das 12h30min às 17h50 min (tarde) e a mesma esta localizada no centro do município. A escola oferece o Ensino Fundamental e Ensino Fundamental - Anos Iniciais. A mesma conta com 60 funcionários distribuídos em diversas funções (diretora, professor, secretaria, inspetor, auxiliar de limpeza, secretaria, merendeira, psicóloga)

Por fim a escola C assim como escola A, atende as etapas do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e adultos, portanto seu horário de funcionamento é das 07h00min às 12h15min(manhã) e das 12h30min às 17h50min (tarde) e 19h00min as 23h00minmin (noite). Em relação a quantidade de funcionários que atuam na escola os dados do censo escolar de 2015 indicam 28 profissionais de diversas áreas (diretora, coordenadora pedagógica, professores, inspetores de alunos, auxiliar de limpeza, merendeiras, , oficiais administrativos).

As escolas foram nomeadas pelas siglas EA, EB e EC , sendo : EA para escola A , EB para a escola B e EC para a escola C.

Para a realização da coleta de dados utilizou-se as dependências das unidades escolares nas quais estes professores atuavam, assim como quando solicitado em suas próprias residências.

2.4 Instrumentos

Foram utilizados dois roteiros de entrevistas com questões abertas, sendo um direcionado às professoras da sala de aula comum e outro às professoras da educação especial. Os dois instrumentos passaram por teste piloto com dois participantes que não foram incluídos nesta amostra. O objetivo de se realizar o teste será no intuito de: adequá-los a população alvo, proporcionar uma familiarização com as questões e, também, observar a questão do tempo de aplicação dos mesmos (COZBY, 2006).

O Quadro 3 apresenta as questões que foram utilizadas durante a coleta dos dados com as professoras.

Quadro 3. Questões direcionadas as professores do ensino comum e especial

Professores do ensino comum e da Educação Especial – Definição do aluno com deficiência e práticas pedagógicas desenvolvidas com os alunos
▪ Como você define os alunos com deficiência intelectual? ▪ Conte como é sua prática pedagógica com aluno com deficiência matriculado na sala de aula? ▪ As práticas pedagógicas utilizadas estavam relacionada aos conteúdos curriculares?
Professores do ensino comum e da Educação Especial – Conceito de adaptação Curricular e práticas pedagógicas
▪ O que os professores entendem por adaptação curricular? ▪ Acredita ser necessário fazer adaptação curricular para os alunos com deficiência? ▪ Você trabalha os mesmos conteúdos curriculares da classe comum com o aluno com deficiência? ▪ Como deve ser realizado o trabalho de adaptação de acesso ao currículo para os alunos com deficiência? ▪ Para este trabalho ser realizado é necessária a interação entre o professor da educação especial e os professores da classe comum?
Professores do ensino comum e da Educação Especial – Conceito de ensino colaborativo e desenvolvimento desta prática
▪ Você já ouviu falar em ensino colaborativo? ▪ Você realiza o trabalho colaborativo? ▪ Você sabe qual é a função do professor que trabalha no modelo de ensino colaborativo?
Relação das concepções dos professores sobre o aluno com deficiência, adaptação curricular e ensino colaborativo
▪ Aluno com deficiência ▪ Adaptação curricular ▪ Ensino Colaborativo

Fonte: Elaboração própria.

2.5 Procedimentos de coleta dos Dados

Após o projeto de pesquisa ser aprovado pelo Comitê de Ética, foram selecionadas as escolas de Educação Básica que tinham o AEE oferecido nas SRMs, assim como escolas da Educação Básica que tinham alunos com deficiência matriculados e frequentes em suas classes, na qual foi estabelecido um contato com as respectivas responsáveis, a fim de verificar o interesse da instituição em participar do estudo.

Foi assegurado o sigilo sobre a identificação, assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e agendado horário para a realização da entrevista.

A coleta foi realizada antes das aulas e depois das aulas e em alguns casos durante a Hora de Trabalho Pedagógico na Unidade Escolar (HTPUE), de forma individualizada, em um único dia para cada escola. As entrevistas tiveram duração mínima de 30 minutos, duração máxima de 60 minutos, e a duração média foi de 40 minutos.

2.6 Procedimentos de análise dos Dados

Os dados obtidos por meio das questões dos roteiros de entrevista direcionados às professoras da sala de aula comum e da educação especial foram transcritos na íntegra e analisados qualitativamente por meio de análise de conteúdo categorial (COZBY, 2006).

Segundo VILELA (2009) a análise categorial é o tipo de técnica mais utilizado pela análise de conteúdo, e consiste em operações de desmembramento do texto em unidades (categorias), segundo reagrupamentos analógicos e previamente determinadas.

Portanto diante do conteúdo das entrevistas, foram estabelecidos três grandes temas: 1) Aluno com deficiência intelectual e prática pedagógica; 2) Adaptação curricular; e 3) Ensino colaborativo. Para cada um dos temas, foram estabelecidos subtemas e especificações.

Seguindo as recomendações de Vilelas (2009), os temas, subtemas e as especificações originaram um quadro de análise, que pode ser observado a seguir:

CONCEPÇÃO DOS PROFESSORES PARTICIPANTES	Temas	Subtemas	Especificações
	Aluno com deficiência intelectual e prática pedagógica	Definição de alunos com D.I	Atenção diferenciada e Ajuda Constante
			Materiais e profissional especializado
		Prática pedagógica com aluno D.I	Atenção individualizada/ mediada
			Uso de atividades lúdicas (jogos, musicalização e gincanas)
			Uso de diferentes materiais (recursos concretos)
			Uso de agrupamentos
	Adaptação curricular	Compreensão de adaptação curricular	Meio de facilitar o ensino
			Meio de trabalhar o mesmo conteúdo
			Tornar o currículo acessível
			Potencializar habilidades dos alunos
		Necessidade de adaptação curricular	Necessita
			Não necessita
		Mesmos conteúdos curriculares da classe comum	Mesmos conteúdos
			As vezes os mesmos conteúdos
	Ensino Colaborativo	Informações sobre o ensino colaborativo	Nunca os mesmos conteúdos
			Conhece
		Trabalho no modelo colaborativo	Desconhece
			Trabalha
		Trabalho do professor no modelo de ensino colaborativo	Não Trabalha
			Discutir a prática e desenvolver as habilidades aluno
			Trabalhar em equipe para auxiliar no desenvolvimento da aprendizagem
			Não tem conhecimento
			Colaborar com o aluno

Fonte: Elaboração própria.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados foram apresentados e discutidos por meio de três tópicos: (a) relato das professoras da sala de aula comum e da educação especial sobre a concepção do aluno com deficiência intelectual e prática pedagógica utilizadas com os alunos com deficiência intelectual; (b) relato das professoras da sala de aula comum e da educação especial: concepções sobre adaptação curricular; (c) relato das professoras da sala de aula comum e da educação especial: concepções sobre ensino colaborativo.

3.1 Concepções sobre o aluno com deficiência intelectual e prática pedagógica utilizadas com os mesmos

A Tabela 2 aponta as concepções que as professoras da sala de aula comum e da educação especial têm sobre o aluno com deficiência e quais as práticas pedagógicas que as mesmas realizavam com os alunos deficiência.

Tabela 2. Concepções sobre os alunos com deficiência e práticas pedagógicas realizadas com os mesmos segundo relato das professoras do ensino comum e da educação especial.

Como você define os alunos com deficiência?	Frequência de respostas (n=15)	%	Frase ilustrativas
Atenção diferenciada e Ajuda Constante	9	60%	<i>“São alunos que necessitam de atenção voltada somente para eles, além de auxílio constante (P2- PE.EC)”.</i>
Materiais e profissional especializado	6	40%	<i>“É aquela criança que precisa de cuidados especiais, materiais adequados, profissionais especializados (P5- PR.EA)”</i>
Como é sua prática pedagógica com aluno DI?	Frequência de respostas (n=15)	%	Frases ilustrativas
Atenção individualizada/ mediada	3	20%	<i>“Aplico os mesmos conteúdos, mas sento ao lado da criança e vou explicando passo a passo (P2- PR.EA)”.</i>

Uso de atividades lúdicas (jogos, musicalização e gincanas)	10	66%	<i>“Trabalho com atividades diversas, desde práticas lúdicas (com jogos, músicas, entrevistas, etc) até leitura interpretação de texto, exercícios escritos. Tudo preparado por mim, de diversos livros e materiais didáticos, voltados para meu público específico (P8- P. EC)”.</i>
Uso de diferentes materiais (recursos concretos)	1	7%	<i>“Utilizo estratégias facilitadoras como, por exemplo: representação em miniatura”. (P4- PR.EC)”</i>
Uso de agrupamentos	1	7%	<i>“Procuro ajustar, oferecer a estes atividades diferenciadas, voltadas a atender suas necessidades, também costumo pedir alunos voluntários que queiram auxiliar esses alunos especiais. Infelizmente em algumas aulas não consigo conciliar a atenção a turma e a esses alunos (P8- PR.EC)”</i>

Fonte: Elaboração própria.

Partindo dessas questões, notou-se que a maioria dos professores tanto da sala de aula comum como da educação especial participantes do presente estudo (60%) definiram os alunos com deficiência intelectual como alunos que necessitam de uma atenção diferenciada e precisam de ajuda constante para a realização das atividades.

Em relação as práticas pedagógicas realizadas em sala de aula as mais citadas pelas professoras foram: uso de atividades lúdicas (66%), em seguida de atenção individualizada/mediada (20%), além do uso de diferentes materiais – recursos concretos (7%) e o uso de agrupamentos (7%).

No entanto, para que estas ações tenham sucesso dentro de um contexto escolar heterogêneo, o projeto político da escola deve adotar as diretrizes norteadoras da política de educação inclusiva (BRASIL, 2008), bem como planejar o ensino considerando os objetivos educacionais, as estratégias didáticas pedagógicas e os recursos que poderão ser adotados para garantir a aprendizagem deste público.

O uso das atividades lúdicas é uma estratégia presente no cotidiano em sala de aula para o apoio a escolarização dos alunos com deficiência, na qual ao utilizar o uso do lúdico em sala de aula deve ter o objetivo estimular o é o crescimento, o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social e não apenas promover a competição entre os alunos levando-os a derrotas e vitórias, ou conforme Antunes, “todo jogo pode ser usado para muitas crianças, mas sobre a inteligência será sempre pessoal e impossível de ser generalizada.” (ANTUNES, 1998)

No entanto, quando o professor utiliza as atividades lúdicas , como o brincar, jogos, músicas, entre outros, é necessário que tenha realizado um planejamento e traçado os objetivos assim como as habilidades que pretende desenvolver para aumentar o repertório de aprendizagem dos mesmos.

A intervenção do professor também é de suma importância, onde o mesmo será o mediador, responsável em proporcionar desafios e estimular a reflexão, ajudando o aluno a expressar as suas idéias e estruturar novos conhecimentos, possibilitando ao aluno “descobrir, vivenciar, modificar e recriar regras” (HAETINGER, 2009, p. 8).

Sendo assim, o professor não deve apenas entender a utilização do lúdico em sala de aula como mera diversão, mas como um facilitador da aprendizagem, do desenvolvimento pessoal, social e cultural, contribuindo assim, para a construção de conhecimentos, para a socialização, comunicação e expressão plena dos alunos.

[...] o jogo, compreendido sob a ótica do brinquedo e da criatividade, deverá encontrar maior espaço para ser entendido como importante instrumento no processo educacional, na medida em que os professores compreenderem melhor toda a sua capacidade potencial de contribuir para com o desenvolvimento da criança. (SOARES, p. 16)

Percebe-se que as atividades lúdicas auxiliam em todo o processo de aprendizagem, pois por meio desta atividade pode-se incluir todos os alunos de maneira mais atrativa, sendo este um recurso que poderá auxiliar na aprendizagem dos conteúdos escolares. Posteriormente em relação a atenção individualizada, a mesma também foi relatada pelos professores como uma estratégia de ensino.

A atenção individualizada consiste na adequação do ensino conforme as necessidades e habilidades do aluno com deficiência e a mesma pode favorecer os demais alunos, uma vez que ao se apoiarem nos suportes oferecidos, passam a compreender melhor o que está sendo ensinado.

A atenção diferenciada é uma forma de favorecer a aprendizagem do aluno com deficiência, pois:

Pedagogias diferenciadas não voltam às costas para o objetivo primordial da escola que é o de tentar garantir que todos os alunos tenham acesso a uma cultura de base comum. [...] considerar as diferenças é encontrar situações de aprendizagem ótimas para cada aluno, buscando uma educação sob medida (ANDRÉ, 1999, p. 12).

Ao individualizar o ensino o aluno com deficiência poderá participar das atividades escolares na qual os demais colegas de classe estão vivenciando, porém com devidas adequações para o aluno com deficiência. Sendo assim quando o professor tem este olhar diferenciado como uma estratégia de ensino ele compreende às diferenças e necessidades individuais dos alunos e poderá desenvolver ações que atendam às peculiaridades de cada um.

Do mesmo modo os usos de diferentes materiais também fazem parte da prática desenvolvida com os alunos com deficiência, visto que ao utilizar matérias diversificados é oportunizado a exploração e experimentar novas formas de aprender, desenvolvendo assim novas habilidades.

Sendo assim, fica evidente que as práticas pedagógicas não são fixas e elas devem ser revista e utilizadas de acordo com o alunado. É necessário, portanto, que os professores saibam organizar situações de ensino aprendizagem que possam atender, satisfatoriamente, as necessidades educacionais de todo o alunado, inclusive dos com necessidades especiais.

3.2 Adaptação curricular

Considerando a importância da adaptação curricular para o ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual, a Tabela 3 mostra o conceito de adaptação curricular e se é necessário realizar algum tipo de adaptação nos conteúdos e atividades para os alunos deficiência intelectual, segundo relato das professoras da sala de aula comum e da educação especial.

Tabela 3. Concepções sobre adaptação curricular realizadas com os alunos com deficiência intelectual segundo relato das professoras do ensino comum e da educação especial.

O que os professores entendem por adaptação curricular?	Frequência de respostas (n=15)	%	Frases ilustrativas
Meio de facilitar o ensino	4	27%	<i>“Para facilitar o aprendizado, e com isso o aluno pode acompanhar o restante da sala (P1- PR.EA)”.</i>

			<i>“Facilitar a atividade para o aluno de acordo com as necessidades do aluno, ou seja, é mesma atividade, porém mais prática para que ele entenda (P1- PE. EC)”</i>. <i>“É uma maneira diferenciada de trabalhar o mesmo conteúdo (P2- PR. EA)”</i>. <i>“É você trabalhar o mesmo conteúdo e adaptar algumas práticas para a interação e participação da criança (P3-PR. EA)”</i>. <i>“Para inserir o aluno no contexto escolar dentro da sua série\ano para não se sentir discriminado (P2- PE:EC)”</i>
Meio de trabalhar o mesmo conteúdo	3	20%	
Tornar o currículo acessível	5	33%	<i>“Uma forma, de trabalhar o currículo (material apostilado) porém de forma mais acessível e prática para o aluno (facilitar a aprendizagem) (P10- PR.EB)”</i>
Potencializar habilidades dos alunos	3	20%	<i>“Utilizar as maneiras criativas que compensem as deficiência para que o aluno potencialize sua habilidade (P9- P:EC)”</i>

Acredita ser necessário fazer adaptação curricular para os alunos com deficiência?	Frequência de respostas (n=15)	%	Frases ilustrativas
			<i>“Sim, por que ele tem o mesmo direito de estar participando das atividades desenvolvidas no planejamento. (“P3- PR.EA)”</i>
Sim	14	93%	<i>“Sim, é importante oferecer a esses alunos atividades que eles sejam capazes de realizar, ainda que não sejam “fáceis” e os desafiam, mas que permitam que eles explorem seu potencial seja ele qual for (P8- PR.EC)”</i>. <i>“Sim, todos os alunos, professores família necessitam desta adaptação com um trabalho</i>

			<i>diferenciado e muito bem assistido com isso conseguiremos ter realmente a “inclusão” (P3- PE.EB) ”.</i>
Às vezes	1	7%	<i>“Não, dependendo muito da deficiência do aluno, pois há casos que só irá depender da sensibilidade do professor (sua didática) (P10- PR.EB) ”.</i>

Fonte: Elaboração própria.

Como apresenta a Tabela 3, os professores compreendem adaptação como o acesso ao currículo e nesta categoria ficou evidente que consideram a adaptação uma forma de tornar o currículo acessível para o aluno com deficiência, representando 33%. Além de ser considerada uma forma de facilitar o ensino, (27%). Em seguida percebe-se, que a categoria relacionada a necessidade de promover adaptação curricular tanto no sentido de adequar os conteúdos e atividades ao nível dos alunos, foi a mais evidenciada entre os participantes, representando 93% dos relatos.

Portanto, uma forma de apoio para inclusão escolar do aluno com deficiência exige que o currículo deve ser pautado na ideia da diferença e não é o aluno que deve se ajustar, se adaptar as condições de ensino, mas a leitura do movimento da inclusão é contrária, pois é a equipe escolar que tem que prover as mudanças necessárias para que o aluno consiga acessar o currículo escolar (Aranha, 2003).

Desta forma o currículo escolar assume suas dimensões enquanto instrumento pedagógico que contempla a teoria, a prática, os princípios escolares, o planejamento e a ação pedagógica, logo influência diretamente a qualidade do ensino visto que sua função inclui demarcar atividades, bem como os conteúdos a serem desenvolvidos pela escola em conjunto das experiências transmitidas pelos discentes e docentes envolvidos, tendo como bases, a sociedade, as políticas, a escola, o professor e o aluno.

De acordo com Mendes (2002, p. 17):

os caminhos cabíveis que sejam trilhados para a construção da escola inclusiva perpassam pelas adaptações curriculares, pela gestão escolar, pelos princípios norteadores desse paradigma educacional e com a construção de sua proposta pedagógica. A escola inclusiva requer a efetivação de currículos adequados (adaptados ou modificados, quando necessário) e uma prática pedagógica flexível com arranjos e

adaptações que favoreçam tanto o bom aproveitamento quanto o ajuste sócio educacional do indivíduo com necessidades educacionais especiais.

Assim, a adaptação curricular quebra a barreira do padrão, auxiliando o currículo oficial, especificando e estruturando um caminho para nortear a prática pedagógica a partir de um planejamento desenvolvido pelos professores da educação especial e do ensino regular no intuito de apoiar os alunos com deficiência no seu processo de escolarização (DUARTE, 2008). Desta forma, pressupõe que se realizem adequações curriculares, quando necessário, a fim de tornar o conteúdo curricular acessível a apropriação do conhecimento dos conteúdos escolares para os alunos com deficiência.

Para Duarte (2008) os professores das escolas da classe comum devem articular-se com os professores de educação especial, no sentido de obter o suporte necessário para garantir que os alunos com deficiência consigam aprender os conteúdos que o currículo formal do ensino regular exige.

Neste sentido o professor deve estar continuamente revendo sua prática pedagógica, a fim de proporcionar estratégias que oportunizem o aprendizado de todos os alunos, respeitando deste modo a singularidade de cada pessoa. Para Stainback e Stainback (1999) um único conjunto de objetivos e atividades não satisfaz a capacidade individual de aprendizagem de cada aluno.

Assim, pode-se perceber que a aprendizagem do aluno com deficiência na rede regular de ensino muito depende da forma pela qual os conteúdos escolares são transmitidos.

Dando continuidade nessas questões, a Tabela 4 mostra se as professoras da sala de aula comum e da educação especial trabalham o mesmo conteúdo curricular com os alunos com deficiência, como e quem deve realizar as adaptações curriculares.

Tabela 4. Adaptação curricular realizada com os alunos com deficiência intelectual segundo relato das professoras do ensino comum e da educação especial.

Você trabalha os mesmo conteúdos curriculares da classe comum com aluno com DI?	Frequência de respostas (n=15)	%	Frases ilustrativas
Sim	10	66%	<i>“Sim, dialogando e adaptando as atividades transformando em uma coisa mais fácil para que o aluno intenda (simplificando passando para o concreto), sempre tendo planejamento e acesso aquele aluno (P1-PE.EC)”</i>

Às vezes	1	7%	<i>“Às vezes, depende da deficiência do aluno. Há também conteúdos muito difíceis de serem trabalhados mesmo com alunos sem qualquer deficiência. Procuro adaptar atividades e determinados conteúdos de modo que o meu aluno com deficiência seja capaz de realiza-las (P8- PR.EC)”</i>
Não	4	27%	<i>“Não, em sala de aula é trabalhado sua socialização com atividades dinâmicas (jogos) e aceitação dos demais alunos (P10, PR.EB)”</i>

Como deve ser realizada adaptação de acesso ao currículo para os alunos com deficiência?	Frequência de respostas (n=15)	%	Frases ilustrativas
Parceria Família e Escola	8	53%	<i>“Este trabalho deve ser feito com a escola e com os pais, sempre levando em conta o interesse e as necessidades do aluno”. (P2- PR.EA)”</i> <i>“Este trabalho de adaptação deve ser flexível e planejado com toda a equipe escolar e com a família, pois desta forma será levado em conta às necessidades e potencialidades do aluno com deficiência (P10, PR.EB)”</i>
Necessidades dos alunos	4	27%	<i>“De acordo com a especificidade das necessidades do aluno (P4- PR.EC)”</i> <i>”Tendo um olhar atento as necessidades da criança (P5- PR.EA)”</i>
Atenção individualizada	2	13%	<i>“Acho que o ideal é que fosse individualizado, levando em conta a deficiência da criança, seu histórico, suas habilidades e dificuldades (P8- PR.EC)”</i>
Apoio Especializado	1	7%	<i>“Usando parceria com entidades ou organizações que lida com o público alvo da educação especial (P9- PR.EC)”</i>

Para este trabalho ser realizado é necessário a interação entre o professor da educação especial e os professores da classe comum?	Frequência de respostas (n=15)	%	Frases ilustrativas
			<i>“Sim, os dois tem que trabalhar juntos. É necessária essa parceria para aluno tem bom desempenho, um bom aprendizado (P1-PR.EA)”.</i> <i>“Sim, ninguém consegue trabalhar sozinho todos fazem a educação (P7- PR.EA)”.</i>
Sim	15	100%	<i>“Sim dialogando/interação para que haja uma continuidade no ensino deste aluno lhe proporcionando uma melhor aprendizagem (P1 PR.EA)”.</i> <i>“Sim, os professores de educação especial necessitam da parceria com os professores regulares, para ambos desenvolverem um trabalho de “inclusão”. (P2-PR.EA)”</i>

Fonte: Elaboração própria.

Conforme a Tabela 4,66% dos professores realizam as práticas relacionadas aos conteúdos curriculares trabalhados com os demais alunos da classe na qual o aluno deficiência intelectual frequentava, seguidas por 7 % apontaram que nem sempre é possível realizá-las e, 27 % dos professores que realmente não trabalhavam os mesmos conteúdos curriculares da classe comum com aluno com deficiência intelectual, pois era trabalhado mais a socialização do aluno com atividades dinâmicas, como por exemplo, jogos para facilitar a interação com os demais colegas da classe.

Posteriormente na categoria que os participantes relataram como deve ser realizado o trabalho de adaptação de acesso ao currículo, a parceria entre a família e a escola foi pontuada como importante ferramenta para realização da adaptação curricular para os alunos com deficiência intelectual, representando assim 53%.

O apoio da família, embora assinalado como importante ferramenta para o apoio a inclusão escolar em vários documentos oficiais (BRASIL, 1996; 2008; 2009), foi mencionado no relato da minoria das participantes do estudo.

É importante e necessária a interação família/escola para que ambas conheçam as necessidades dos alunos e juntas busquem caminhos que permitam potencializar as habilidades desenvolver uma aprendizagem efetiva para o aluno.

Portanto, uma boa relação entre a família e a escola deve estar presente em qualquer trabalho educativo que tenha como principal alvo, o aluno. A escola deve também exercer sua função educativa junto aos pais, discutindo, informando, orientando sobre os mais variados assuntos, para que em reciprocidade, escola e família possam proporcionar um bom desempenho escolar e social às crianças.

[...] a família também é responsável pela aprendizagem da criança, já que os pais são os primeiros ensinantes e as atitudes destes frente às emergências de autoria, se repetidas constantemente, irão determinar a modalidade de aprendizagem dos filhos. (FERNANDES, 2001, p.42).

Sendo assim, é indispensável que a família esteja em harmonia com a instituição escolar, uma vez que uma relação harmoniosa só pode enriquecer e facilitar o desempenho educacional das crianças.

Os dados da Tabela 4 apontaram ainda que 100 % das professoras relataram que para ocorrer a adaptação curricular é necessário que os professores da educação especial e da classe comum dialoguem e realizar planejamento em conjunto.

Ou seja, é necessário que haja interação e parceria entre os profissionais, visto que juntos terão uma visão mais ampla das necessidades a ser contemplados na adaptação de acesso ao currículo, e conseqüentemente haja uma coerência e eficiência no desenvolvimento do aluno, para que a aprendizagem se torne eficaz e continua e desta forma realmente ocorra a inclusão dos alunos com deficiência intelectual.

3.3 Ensino colaborativo

Considerando também a importância da relação de toda a equipe escolar e a parceria entre professor regular e professor da educação especial a Tabela 5 mostra qual entendimento dos

professores sobre o ensino colaborativo e se realizam o trabalho colaborativo na sala de aula e como acontece.

Tabela 5. Conceito e prática do ensino colaborativo, segundo relato das professoras do ensino comum e da educação especial.

Você já ouviu falar em ensino colaborativo?	Frequência de respostas (n=15)	%	Frases ilustrativas
Sim	13	86%	<i>“Sim, uma parceria necessária realizada entre professor regular e o especialista para auxiliar o desenvolvimento do aluno e instituição (P10- PR.EB)”.</i> <i>“Sim, trabalho em parceria entre o professor regular e o professor de educação especial (P2- PR.EA)”.</i>
Não	2	14%	<i>“Não conheço este termo (P5-PR.EA)”.</i>

Você trabalha no modelo de ensino colaborativo?	Frequência de respostas (n=15)	%	Frases ilustrativas
Sim	12	80%	<i>“Sim, em nosso grupo de trabalho, até por se tratar por uma escola pequena, trocamos muitas informações”.</i> (“P6- PR.EC”) <i>“Sim, principalmente com PEB1 (professor de ensino fundamental), com trocas e experiências. Além do contato com os parceiros da educação (profissionais de São Paulo que vem uma vez por semana) que fazem cursos juntos (troca muito grande de conhecimento e informação) todo mundo englobado junto (P1- PE.EC)”.</i>
Não	3	20%	<i>“Não, por não haver profissional”.</i> (P5- PR.EA)” <i>“Infelizmente não, embora exista muita troca de informações como disse, mas percebo que não há muita preocupação</i>

pois delegam para o especialista fazer o trabalho (P3- PE.EB)”.

Você sabe como deve ser o trabalho do professor no modelo de ensino colaborativo?	Frequência de respostas (n=15)	%	Frases ilustrativas
Discutir a pratica e desenvolver as habilidades aluno	3	20%	<i>“Discutir as práticas sobre as necessidades do aluno, e juntos desenvolver as potencialidades e dar continuidade no ensino (P1- PR.EA)”.</i>
Trabalhar em equipe para auxiliar no desenvolvimento da aprendizagem	7	47%	<i>“Trabalhar em equipe, para colaborar na aprendizagem do aluno de forma efetiva (P2- PR.EA)”.</i> <i>“É trabalhar em conjunto, uma parceria para desenvolver a qualidade de ensino (P5- PR.EA)”.</i> <i>“Sim, procuro ajudar o professor da sala com atividades e opinar atividades para melhorar tanto como comportamento e aprendizagem (P2- PE.EC)”</i>
Não tem conhecimento	2	13%	<i>“Não especificamente (P8- PR.EC)”.</i>
Colaborar com o aluno	3	20%	<i>“Aquele que visa o aluno como centro, aproximando constantemente ajuda, informação, material, troca de experiência, no intuito de melhorar (P4- PR.EC)”.</i> <i>“Pesquisar e interagir com o aluno para que o trabalho seja mais eficaz (“P3- PR.EA)”</i>

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 5 mostra que 86% dos professores já ouviram sobre o ensino colaborativo e apenas 14 % não tem conhecimento sobre o que é esse modelo de trabalho. Nota-se que a falta de conhecimento sobre esta proposta de trabalho é relatada apenas por professores da classe comum.

O trabalho colaborativo entre o professor da classe comum e o professor da educação especial, é uma estratégia de apoio para inclusão escolar para planejar, avaliar, organizar recursos e procedimentos de ensino para os alunos com deficiência, visto que o professor do ensino regular tem conhecimento de conteúdo e currículo, enquanto o educador especial é especialista em avaliação, instruções e estratégias de ensino (SILVA, 2007).

Logo na categoria que os professores tinham que pontuar se realizavam a pratica do ensino colaborativo, constatou-se que 80% desenvolvem esta pratica, e 20 % não trabalhavam neste modelo pela falta de profissional especialista no ambiente escolar e até mesmo pela falta de uma parceria e dedicação entre ambos os professores.

Conforme foi observado, para que ocorra uma atuação colaborativa é preciso que os professores partilhem dos mesmos objetivos e possam planejá-los em conjunto. Friend e Cook (1990) colocam algumas condições necessárias para colaboração entre os professores: a) existência de um objetivo comum; b) equivalência entre participantes; c) participação de todos; d) compartilhamento de responsabilidades; e) compartilhamento de recursos e f) voluntarismo.

Desta forma, Assis, Almeida e Mendes (2011), citam que o ensino colaborativo não ocorre com rapidez e facilidade, pois o professor precisa refletir sobre suas práticas e estabelecer relação de parceria. Para isto, o professor precisa estar aberto e disposto a realizar o trabalho.

O termo ensino colaborativo é definido como uma parceria entre os professores do ensino regular e especial, desde que os dois professores se responsabilizem e compartilhem o planejamento, a execução e a avaliação de um grupo heterogêneo de estudantes, dos quais alguns possuem deficiência (COOK e FRIEND, 1993). Para isto é importante que os dois professores estejam dispostos a participar deste processo (MENDES, 2006).

Gately e Gately (2001) definem três diferentes estágios, com graus variados de interação e colaboração entre profissionais da educação regular e especial, que ocorrem após a implantação da proposta de coensino, sendo eles: (i) Estágio inicial: os dois professores se comunicam

superficialmente, criando limites e tentativas de estabelecer um relacionamento profissional entre si, mas a comunicação é formal e infrequente, e corre-se o risco da relação profissional ficar estagnada nesse primeiro estágio; (ii) Estágio de comprometimento: a comunicação entre eles se torna mais frequente, aberta e interativa, o que possibilita que eles construam um nível de confiança necessário para a colaboração, e gradualmente o profissional da Educação Especial deve passar a assumir um papel mais ativo na sala de aula; (iii) Estágio Colaborativo: os dois profissionais se comunicam e interagem abertamente, sendo que a comunicação, o humor e um alto grau de conforto são vivenciados por todos, e como resultado, eles trabalham verdadeiramente juntos e a prática docente de um complementa a do outro.

Por fim, no quesito sobre como deve ser o trabalho do professor no modelo de ensino colaborativo 47 % dos participantes relataram que o professor desenvolve um trabalho em equipe com objetivo de auxiliar no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos público alvo da educação especial.

Além de definirem que o professor também tem a função de discutir suas práticas e desenvolver as habilidades dos alunos, tendo um olhar centralizado no mesmo pois a partir deste olhar poderá auxiliar através de materiais adequados, proporcionando assim novos conhecimentos, com a finalidade de favorecer cada vez mais a sua aprendizagem.

3.4 Relação entre as concepções dos professores do ensino regular e da educação especial

Em relação as concepções dos professores da sala de aula comum da educação especial, considerando o aluno com deficiência, adaptação curricular e ensino colaborativo. Observa-se que os professores da classe regular e da educação especial definem o aluno com deficiência como alunos que necessitam de um profissional para auxiliar e acompanhar seu desenvolvimento, ou seja, necessitam de um atendimento mais específico. Assim como atenção diferenciada e adequada para suprir suas necessidades e desenvolver novas habilidades.

“É uma criança que precisa de um profissional para acompanhar o seu desenvolvimento (P3- PR. EA).”

“São alunos, como os demais, com algumas limitações que algumas vezes, necessitam de um atendimento mais específico, mas que, se atendidos, correspondem às expectativas (P6- PR.EC).”

São alunos que necessitam de atenção voltada somente para eles no qual se encaixam escola e família (P2- PE.AC).”

“São alunos que precisam de um trabalho individualizado e atenção especial (P5- PE.AC)”.

No que se refere a adaptação curricular os professores da classe comum e da educação especial acreditam que por meio da adaptação curricular é possível facilitar o aprendizado do aluno, proporcionando a possibilidade do aluno com deficiência intelectual acompanhar os demais alunos da sala, visto que é utilizado o mesmo conteúdo curricular, no entanto de uma forma mais acessível e prática, favorecendo no desenvolvimento de suas capacidades e habilidades.

Facilita o aprendizado e com isso o aluno pode acompanhar o restante da sala(“P1 – PR.EA).”

“Uma forma, de trabalhar o currículo (material apostilado), porém de forma mais acessível e prática para o aluno (facilitar a aprendizagem) (P10- PREB).”

“Facilitar aquele trabalho para o aluno de acordo com as necessidades do aluno, é mesma atividade porém mais prática para que ele entenda (P1- PE.AC).”

“É uma forma dele se desenvolver mais fácil (P5- PE.EC).”

Por fim, na última categoria que continha questões sobre o ensino colaborativo os professores da classe comum e da educação especial relataram que ao utilizar esta estratégia, ambos profissionais desenvolvem um olhar negativo no aluno com deficiência. Como resultado deste olhar ocorre uma parceria entre os mesmos, na qual tem-se a finalidade de enriquecer a aprendizagem do aluno de forma efetiva.

“Trabalhar em equipe para colaborar na aprendizagem do aluno de forma efetiva (P2- PR. EA).”

“É trabalhar em conjunto, uma parceria para desenvolver a qualidade de ensino (P5- PR. EA).”

“Ajudar o professor da sala com atividades e opinar atividades para melhorar tanto como comportamento e aprendizagem (P2 – PE.EC).”

“Aquele que visa o aluno como centro, aproximando constantemente ajuda, informação, material, troca de experiência, no intuito de melhorar (P4- PE.EB).”

Assim, pode-se dizer que na visão dos professores o ensino colaborativo não só proporciona o desenvolvimento das habilidades acadêmicas dos alunos público alvo da educação

especial, mas também possibilita melhoras na qualidade do ensino, a partir da troca de informações, elaboração e aplicação de atividades pedagógicas condizentes com a heterogeneidade existente nas salas de aula inclusivas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do presente estudo, observou-se que foi possível alcançar os objetivos de analisar a concepção dos professores do ensino comum e especial a respeito do trabalho colaborativo e se ocorre a parceria entre ambos profissionais, bem como seu relacionamento e a importância desta parceria para o apoio a inclusão escolar do aluno com deficiência.

Sendo assim os professores deixaram evidente que é necessário discutir as próprias práticas, assim como utilizar método e práticas que auxiliem no desenvolvimento de novos repertório e habilidades dos alunos. Portanto é necessário desenvolver um olhar centrado no aluno, pois a partir deste olhar é possível auxiliar de diversas formas o processo de ensino e aprendizado, proporcionando assim novos conhecimentos, com o intuito de favorecer cada vez mais o processo de inclusão escolar.

E em relação a adaptação do currículo destacam-se que os professores.

Verificou-se que os professores da classe comum e da educação especial acreditam que por meio da adaptação curricular é possível contribuir para a participação e aprendizagem dos alunos com deficiência, proporcionando assim melhor possibilidade de acompanhar os demais colegas de classe, visto que é utilizado o mesmo conteúdo curricular, de forma mais acessível as suas peculiaridades, favorecendo no desenvolvimento de suas capacidades e habilidades. Desta forma, vale destacar que ao utilizar esta estratégia, ambos professores desenvolvem um olhar centralizado no aluno com deficiência, e como resultado ocorre uma parceria entre os professores.

Assim como o ensino colaborativo, a adaptação curricular também é uma estratégia relevante para o apoio a inclusão escolar, contribuindo para a participação do aluno com deficiência intelectual nas atividades escolares.

Os professores reconhecem que os alunos com deficiência necessitam de atividades diferenciadas para acesso ao currículo escolar, o que evidencia a necessidade das adaptações curriculares e do ensino colaborativo como fonte de apoio a este serviço.

Acredita-se que essa pesquisa traga contribuições aos professores que atuam em ambos os contextos, e influencie de forma construtiva o contexto escolar por meio de suas práticas e ações diárias, com intuito de colaborar no processo de inclusão dos alunos com deficiência intelectual.

Evidenciou-se uma limitação quanto ao estudo, que foi realizado com uma parcela pequena de participantes. Porém, ressalta-se a importância em compreender a concepção dos professores do ensino comum e da educação especial em relação ao trabalho colaborativo e a adaptação do currículo, como fonte de compreender melhor a temática, o que possibilita pensar em intervenções que englobem essas necessidades para o apoio a inclusão escolar dos alunos com deficiência.

5.REFERÊNCIASBIBLIOGRAFICAS

ANTUNES, C. **Jogos para estimulação das inteligências múltiplas**. 11. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998

ANTUNES, R. A. Inclusão escolar na pré-escola: o acesso ao currículo. 2008. 165 f. Dissertação de Mestrado (Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo) São Paulo, 2008. Acesso em: 30 de Agosto de 2016.

ALMEIDA, M.A; TOYODA, C.Y. **Inclusão escolar pela via da colaboração entre educação especial e educação**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 81-93, jul./set. 2011. Disponível em : <<http://www.scielo.br/pdf/er/n41/06.pdf>> Acesso em: outubro, 2015.

ARANHA, M. S. F. Projeto Escola Viva - Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - Alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC/ SEESP, n. 5, 2000.

ARANHA, M.S.F. **Referenciais para construção de sistemas educacionais inclusivos – a fundamentação filosófica – a história – a formalização**. Versão preliminar. Brasília: MEC/SEESP, nov. 2003.

ASSIS, C. P; MENDES, E. G; ALMEIDA, M. A. **Ensino colaborativo**: um relato de experiência sobre o desenvolvimento de parceria colaborativa. EducereetEducare –Revista de Educação, Vol. 6 – Nº 11 – 1º Semestre, 2011.

BLANCO, R. A atenção à diversidade na sala de aula e as adaptações do currículo. In: COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J.A. (org.). **Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. Porto Alegre: Artmed editora, 2004.

BRASIL. **Lei nº 8.069** – Estatuto da Criança e do Adolescente. Presidência da República, Casa Civil. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> Acesso em: 12/06/2014

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 28 de abril de 2014.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Introdução. Ensino Fundamental. Brasília: MEC, 1998.

BORDENAVE, J. D.; PEREIRA, A. M. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BEYER, Hugo Otto. Pioneirismo da escola (modelo) Flämming na proposta de integração (inclusão) escolar na Alemanha: aspectos pedagógicos decorrentes. **Revista Educação Especial**. Universidade de Santa Maria/ Cascavel. n. 25, 2005, p. 9 - 24. Disponível em: . Acesso realizado em maio de 2016.

BOER, W. A. **Adequações curriculares na área da deficiência intelectual**: análise de uma realidade. 2012. 122 f. Dissertação de Mestrado (Mestre em Educação Especial), São Carlos, 2012. Acesso em: 30 de Agosto de 2016.

BRAUN, Patrícia. **Uma intervenção colaborativa sobre os processos de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência intelectual**. (tese). Doutorado em Educação. UERJ, 2012.

CABRAL, M. B. L. **Formação docente e pesquisa colaborativa**: orientações teóricas e reflexões práticas. In: PONTES, V. M. A.; SILVA, L G. S; BATISTA, M. C. S. (Org.). TRILHAS PEDAGÓGICAS. 1ed.Curitiba: CRV, 2013, v. 1, p. 59-68.

CAPUTO, M.E.O enigma da inclusão: das intenções às práticas pedagógicas ,**Ver .Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.33, n.3, p. 543-560, set./dez. 2007.Disponível em :<<http://www.revistas.usp.br/ep/article/view/28066>> Acesso novembro 2016.

CAMPOS, J. A. P. P.; DUARTE, M.; CIA, F. A prática pedagógica de professores do ensino regular junto aos alunos com necessidades educacionais especiais. Teoria e Prática da **Educação**, Maringá, v. 15, n. 1, p. 19-24, 2012.

Cook, L., &Friend, M. (1993). **Educational leadership for teacher collaboration**.In B. Billingsley (Ed.), Program leadership for serving students with disabilities. Richmond, VA: State

Constituição (1988). **República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 16. edição. atual. ampliada. São Paulo: Saraiva, 1997.

COZBY, P.C. **Métodos de pesquisa em ciências do comportamento**. ed. 2. São Paulo: Editora Atlas, 2006. p. 454.

CAPELLINI, V. L. M. F. **Possibilidades da colaboração entre professores do ensino comum e especial para o processo de inclusão escolar**. Tese de doutorado, Universidade Federal de São Carlos, 2004.

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; MENDES, Enicéia Gonçalves. O ensino colaborativo Favorecendo o desenvolvimento profissional para a inclusão escolar. Educereeteducare - **Revista de Educação**. UNIOESTE/Campus Cascavel. v. 2. n.4 jul/dez, 2007, p. 113-128.

CASTRO, Sabrina Fernandes de; ALMEIDA, Maria Amélia; TOYODA, Crisitine Yoshie. Ensino colaborativo: uma proposta e intervenção em uma sala de aula do ensino regular com alunos com deficiência incluídos. **Anais**. IV Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial, Universidade de Londrina, 2007. Disponível em: . Acesso realizado em maio de 2016.

DAMIANI, Magda Floriana. Entendendo o ensino colaborativo em educação e revelando seus benefícios. **Revista Educar**. Curitiba: Ed. UFPR, 2008, n. 31, p. 213-230. ESTEF, Suzanli. Ensino colaborativo sob o olhar de uma estagiária mediadora no cotidiano escolar (monografia). Licenciatura em Pedagogia. UERJ, 2013.

DUARTE M. **Síndrome de Down: Situação Escolar no Ensino Fundamental e Médio da cidade de Araraquara-SP**. 2008. 181f. Tese (Tese de Doutorado em Educação Escolar). Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.

DUEK, V. P. **Formação continuada: análise dos recursos e estratégias de ensino para a educação inclusiva sob a ótica docente**. Educ. rev. 2014, vol.30, n.2, pp. 17-42. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-46982014000200002>> Acesso em: outubro.2015

FALKEMBACH, E. M. F. Diário de campo: um instrumento de reflexão. **Revista Contexto/Educação**, Ijuí, Unijuí, v. 7, s.d.

FERNANDES, A. **O saber em jogo**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

FREITAS, S. N. A formação de professores na educação inclusiva: construindo a base de todo o processo. In: RODRIGUES, D. **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

FERRAZ, R. B. **Escola pública: um espaço a ser apropriado por alunos com deficiência**. 2007. 115 f. Dissertação de Mestrado (Mestre em Distúrbios do Desenvolvimento), São Paulo, 2007. Acesso em: 30 de Agosto de 2016.

FERREIRA, B. C. et al. Parceria colaborativa: descrição de uma experiência entre o ensino regular e especial. **Revista do Centro de Educação/Cadernos**, UFSM, n. 29, Edição 2007, s.p. Disponível em: . Acesso realizado em maio de 2016.

FRANCO, M. A. S. Práticas pedagógicas nas múltiplas redes educativas. In: ALVES, N.; LIBÂNEO, J. C. (Orgs.). **Temas de Pedagogia: diálogos entre didática e currículo**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 169-186.

_____. Práticas pedagógicas de ensinar-aprender: por entre resistências e resignações. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 601-614, jul./set. 2015.

FRIEND, M. & COOK, L. Collaboration as a predictor for success in school reform. **Journal of Educational and Psychological Consultation**, 1, 69-86, 1990.

FRIEND, M.; HURLEY-CHAMBERLAIN, D. **Is co-teaching effective?** CEC Today. Retrieved January 10, 2007.

FONSECA, K. A. **Análise de adequações curriculares no ensino fundamental**: subsídios para programas de pesquisa colaborativa na formação de professores. 2011. 126 f. Dissertação de Mestrado (Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”), Bauru, 2011.

GLAT, R.; PLETSCHE, M. D. (org.). **Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013, p. 49-64.

GUADAGNINI, L.; DUARTE, M. Adaptação curricular para alunos com deficiência intelectual no relato dos professores das escolas estaduais paulistas. **Revista Espaço do Currículo**. 2015.

GUALDA, D. S. ; DUARTE, M. . Estratégias pedagógicas e avaliações utilizadas com alunos público-alvo da Educação Especial segundo relato dos professores da sala de aula comum e da Educação Especial. **Práxis Educativa** (UEPG. Online) , v. 11, p. 482-504, 2016.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUEBERT, M. C. C. **Alfabetização de alunos com deficiência intelectual: um estudo sobre estratégias de ensino utilizadas no ensino regular**. 2013. 119 f. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) - Universidade Católica de São Paulo, 2013.

HAETINGER, M. G. O universo criativo da criança na educação. [s.l.]: Instituto Criar, 2005.

IBIAPINA, I. M. L. de M. **Pesquisa Colaborativa: investigação, formação e produção de conhecimento**. Brasília-DF: Líder, 2008.

IBIAPIANA, I. M. L. de M.; RIBEIRO, M. M. G. e FERREIRA, M. S. (Orgs.). **Pesquisa em educação: múltiplos olhares**. Brasília: Líder Livro Editora, 2007.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 29 set. 2015.

JANUZZI, G. M. de. **A educação do Deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. 3. ed. São Paulo: Autores Associados, 2004. 211 p. (Coleção educação contemporânea).

KEEF, E. B., MOORE, V., DUFF, F. **The four “knows” of collaborative teaching**.

KEMMIS, S. Critical Reflection – **Staff development for school improvement**. Tradução: Ivana Ibiapina. Philadelphia: Imago Publishing, 1987

KUCHENBECKER, L. G; THOMA, A. S. Examinar, enquadrar, adaptar o currículo e desenvolver a língua de sinais: estratégias de normalização de alunos surdos Down em uma escola de surdos. **Rev. Educ. Espec.** Santa Maria, v. 24, n. 41, p. 347-362, set./dez. 2011.

LOPES, E. **Adequação curricular: um caminho para a inclusão do aluno com deficiência intelectual.** 2010. 169 f. Dissertação de Mestrado (Universidade Estadual de Londrina). Londrina, 2010. Acesso em: 30 de Agosto de 2016.

MACIEL, R. V. M. **Educação inclusiva: um estudo a partir de uma proposta inclusiva alemã.** 2007. 136f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

MANCINI, M. C.; SAMPAIO, R. F. Editorial: Quando o objeto de estudo é a literatura: estudos de revisão. **Revista Brasileira de Fisioterapia.** São Carlos, v. 10, n. 4, p. 361, 2006.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa.** 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARIN, M.; BRAUN, P. **Ensino colaborativo como prática de inclusão escolar.**

MARTINS, A. C. S; ALENCAR, E. S. Características desejáveis em professores de alunos com altas habilidades/superdotação. **Revista Educação Especial.** Santa Maria, v. 24, n. 39, p. 31-46, jan./abr. 2011.

MENDES, E. G. **Colaboração entre ensino regular e especial: O caminho do desenvolvimento pessoal para a inclusão escolar.** In: Manzini, E. J. (ORG.) *Inclusão e Acessibilidade.* Marília: ABPEE, 2006, p. 29 – 41.

MENDES, E. G. **Inclusão marco zero: começando pelas creches.** Araraquara: Junqueira e Marin, 2010.

MINETTO, M. de F. **Currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio.** Curitiba: Ibpx, 2008

MOREJÓN, K.; DENARI, F. E. **A Educação Especial e a Inclusão: lutas, desafios e políticas públicas 2008.** Disponível em: <<http://guaiba.ulbra.tche.br/pesquisa/2008/artigos/pedagogia/375.pdf>>. Acesso em : 20 jun. 2016.

MOREIRA, L. C., e BAUMEL R. C. R. de C. **Currículo em Educação Especial: tendências e debates.** Educar, Curitiba, n. 17, p. 125-137. 2001. Editora da UFPR.

OLIVEIRA, M. A. **Educação inclusiva: uma análise crítica da prática pedagógica de uma professora de sala de recursos.** 2008. 130 f. Dissertação de Mestrado (Mestre em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) Bauru, 2008. Acesso em: 30 de Agosto de 2016.

PERRENOUD, P. **A pedagogia na escola das diferenças**: fragmentos de uma sociologia do fracasso. Porto Alegre: Artmed, 2001.

POKER, R. S. Adequações Curriculares na área da Surdez. In: OLIVEIRA, A.A.S.; OMOTE, S.; GIROTO, C.R.M (Orgs.). **Inclusão Escolar**: as contribuições da Educação Especial. São Paulo: Cultura Acadêmica, Marília: Fundepe Editora, 2008. p. 166-178.

RABELO, Lucélia Cardoso; SANTOS, Rafaela Tognetti. **Ensino colaborativo e a inclusão do aluno com autismo na educação infantil**. Anais. VII Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial, Universidade de Londrina, 2011, p. 1915-1924. Disponível em: . Acesso realizado em junho de 2016.

REGIANI, E.A **Percepções e práticas de professores especialistas em educação especial que atuam como regentes em classes inclusivas**.2009.149.f Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Londrina,2009.

SACRISTAN, J. Gimeno. **O Currículo, uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.

STAINBACK, S. e STAINBACK, W. **Inclusão**: um guia para educadores. Tradução: LOPES, M. F. Editora: Artmed, Porto Alegre, 1999.

SILVA, A. M. da.**Buscando componentes da parceria colaborativa na escola entre família de crianças com deficiência e profissionais**. Dissertação de Mestrado – UFSCar: São Carlos, 2007.

TOLEDO, E. H; VITALIO, C .R .Formação de professores por meio de pesquisa colaborativa com vistas à inclusão de alunos com deficiência intelectual. **Rev. bras. educ. espec.** vol. 18 n.2 Marília Abril./Junho 2012. Disponível em :<<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382012000200010>> [Acesso](#) em: outubro, 2015.

VALERA, J. R. **Deficiência intelectual e adaptação curricular sob o olhar de teses e dissertações**. 2015. 171 f. Dissertação de Mestrado (Mestre em Educação Escolar), Araraquara, 2015.

VILARONGA, C. A. R.; ZERBATO, A. P.**Ensino colaborativo como apoio a inclusão escolar**: unindo esforços entre educação comum e especial. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

_____. **Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores**. Rev. Bras. Estud. Pedagog2014, vol.95, n.239, pp. 139-151. Disponível em:<<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2176->> Acesso em: outubro.2015

VILARONGA, C. A. R.; MENDES, E. G. Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**.

Brasília. [online]. v. 95, n. 239, 2014, p. 139-151, Jan.-Abr. Disponível em: . Acesso em: 25 jun. 2016

VILELAS, J. **Investigação: o processo de construção do conhecimento**. Edições Silabo: Lisboa, 2009.

APÊNDICE I

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PROFESSORES DO ENSINO COMUM (Resolução 466/2012 do CNS)

Você está sendo convidado para participar da pesquisa: “Concepções dos professores do ensino comum e especial sobre o trabalho colaborativo e adaptação curricular”, sob responsabilidade da Profa. Dra. Márcia Duarte. Os objetivos do estudo consistem em analisar a concepção dos professores da sala de aula comum e da educação especial sobre o trabalho colaborativo e adaptação curricular para o apoio à inclusão escolar do aluno com deficiência.

Você foi selecionado, pois faz parte da população escolhida para a pesquisa, que se trata de ser professor da educação básica que atua com alunos com deficiência e aceitarão participar do estudo de forma voluntária.

Sua participação consistirá em responder, por meio de questionário, algumas questões sobre formação docente, prática pedagógica, organização e funcionamento do serviço de educação especial na escola, relacionamento com professores da educação especial, conceito sobre trabalho colaborativo, Conceito sobre práticas pedagógicas de adaptação curricular. A entrevista será agendada de acordo com a sua disponibilidade de horários. As perguntas não serão invasivas à intimidade dos participantes. As suas respostas serão transcritas no momento da entrevista. Todas as informações obtidas por meio dessa pesquisa serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação em todas as etapas previstas no estudo.

O roteiro de entrevista será respondido individualmente na própria escola que você trabalha ou em outro local, se assim preferir. As perguntas não serão invasivas à intimidade dos participantes, entretanto, esclareço que a participação na pesquisa pode gerar estresse e desconforto como resultado da exposição de opiniões pessoais em responder perguntas que envolvem as próprias ações. Diante dessas situações, os participantes terão a liberdade de não responder as perguntas quando a considerarem constrangedoras, podendo interromper a entrevista a qualquer momento. Serão retomados nessa situação os objetivos a que esse trabalho se propõe e os possíveis benefícios que a pesquisa possa trazer. Em caso de encerramento da entrevista por qualquer fator descrito acima, a pesquisadora solicita autorização para estabelecer contato posterior, a fim de verificar os possíveis danos ocasionados e proceder quanto a novas orientações e encaminhamentos a profissionais especialistas e serviços disponíveis, se necessário, visando o bem-estar de todos os participantes.

Sua participação nessa pesquisa auxiliará na obtenção de dados que poderão ser utilizados para fins científicos, proporcionando maiores informações e discussões que poderão trazer

benefícios para a área da Educação Especial, para a construção de novos conhecimentos e para a identificação de novas alternativas e possibilidades para ações do trabalho colaborativo e práticas pedagógicas de adaptação curricular para o apoio a inclusão escolar. A pesquisadora realizará o acompanhamento de todos os procedimentos e atividades desenvolvidas durante o trabalho.

Sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento o (a) senhor (a) pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa ou desistência não lhe trará nenhum prejuízo, seja em sua relação ao pesquisador, a escola que você trabalha ou à Universidade Federal de São Carlos. Todas as informações obtidas através da pesquisa serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação em todas as etapas do estudo. Caso haja menção a nomes, a eles serão atribuídas letras, com garantia de anonimato nos resultados e publicações, impossibilitando sua identificação.

Essa pesquisa não prevê qualquer gasto aos participantes, porém se isso ocorrer, ele será ressarcido pela pesquisadora. Você receberá uma cópia deste termo constando o telefone, o endereço pessoal e o e-mail do pesquisador principal, podendo solicitar esclarecimentos, tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Você receberá uma cópia deste termo na qual consta o telefone e o endereço dos pesquisadores responsáveis, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e a participação, agora ou a qualquer momento.

Se você tiver qualquer problema ou dúvida durante a sua participação na pesquisa poderá comunicar-se pelo telefone (16) 3324-0999 – Profa. Dra. Márcia Duarte. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Profa. Dra. Márcia Duarte

(Orientadora da pesquisa)

Rodovia Washington Luiz, Km 235, CEP

13565905 – Monjolinho, São Carlos/SP Fone: (16)

3324-0999, e-mail: marciaduar@yahoo.com.br

Joice Daiane Muniz

Aluna do curso de Licenciatura em Educação Especial

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pós-

Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP – Brasil. Fone (16) 3351-8110. Endereço eletrônico: cephumanos@ufscar.br

Local e data: _____

Nome do participante da pesquisa: _____

Número e tipo de documento de identificação _____

Assinatura do Sujeito da pesquisa: _____

APÊNDICE II

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PROFESSORES DO ENSINO ESPECIAL (Resolução 466/2012 do CNS)

Você está sendo convidado para participar da pesquisa: “Concepções dos professores do ensino comum e especial sobre o trabalho colaborativo e práticas pedagógicas de adaptação curricular”, sob responsabilidade da Profa. Dra. Márcia Duarte. Os objetivos do estudo consistem em Analisar a concepção dos professores da sala de aula comum e da educação especial sobre o trabalho colaborativo e adaptação curricular para o apoio à inclusão escolar do aluno com deficiência.

Você foi selecionado, pois faz parte da população escolhida para a pesquisa, que se trata de ser professor da educação básica que atua com alunos com deficiência e aceitarão participar do estudo de forma voluntária.

Sua participação consistirá em responder, por meio de questionário, algumas questões sobre formação docente, prática pedagógica, organização e funcionamento do serviço de educação especial na escola, relacionamento com professores da educação especial, conceito sobre trabalho colaborativo, Conceito sobre práticas pedagógicas de adaptação curricular. A entrevista será agendada de acordo com a sua disponibilidade de horários. As perguntas não serão invasivas à intimidade dos participantes. As suas respostas serão transcritas no momento da entrevista. Todas as informações obtidas por meio dessa pesquisa serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação em todas as etapas previstas no estudo.

O roteiro de entrevista será respondido individualmente na própria escola que você trabalha ou em outro local, se assim preferir. As perguntas não serão invasivas à intimidade dos participantes, entretanto, esclareço que a participação na pesquisa pode gerar estresse e desconforto como resultado da exposição de opiniões pessoais em responder perguntas que envolvem as próprias ações. Diante dessas situações, os participantes terão a liberdade de não responder as perguntas quando a considerarem constrangedoras, podendo interromper a entrevista a qualquer momento. Serão retomados nessa situação os objetivos a que esse trabalho se propõe e os possíveis benefícios que a pesquisa possa trazer. Em caso de encerramento da entrevista por qualquer fator descrito acima, a pesquisadora solicita autorização para estabelecer contato posterior, a fim de verificar os possíveis danos ocasionados e proceder quanto a novas orientações e encaminhamentos a profissionais especialistas e serviços disponíveis, se necessário, visando o bem-estar de todos os participantes.

Sua participação nessa pesquisa auxiliará na obtenção de dados que poderão ser utilizados para fins científicos, proporcionando maiores informações e discussões que poderão trazer benefícios para a área da Educação Especial, para a construção de novos conhecimentos e para a identificação de novas alternativas e possibilidades para ações do trabalho colaborativo e práticas pedagógicas de adaptação curricular para o apoio a inclusão escolar. A pesquisadora realizará o acompanhamento de todos os procedimentos e atividades desenvolvidas durante o trabalho.

Sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento o (a) senhor (a) pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa ou desistência não lhe trará nenhum prejuízo, seja em sua relação ao pesquisador, a escola que você trabalha ou à Universidade Federal de São Carlos. Todas as informações obtidas através da pesquisa serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação em todas as etapas do estudo. Caso haja menção a nomes, a eles serão atribuídas letras, com garantia de anonimato nos resultados e publicações, impossibilitando sua identificação.

Essa pesquisa não prevê qualquer gasto aos participantes, porém se isso ocorrer, ele será ressarcido pela pesquisadora. Você receberá uma cópia deste termo constando o telefone, o endereço pessoal e o e-mail do pesquisador principal, podendo solicitar esclarecimentos, tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Você receberá uma cópia deste termo na qual consta o telefone e o endereço dos pesquisadores responsáveis, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e a participação, agora ou a qualquer momento.

Se você tiver qualquer problema ou dúvida durante a sua participação na pesquisa poderá comunicar-se pelo telefone (16) 3324-0999 – Profa. Dra. Márcia Duarte. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Profa. Dra. Márcia Duarte
(Orientadora da pesquisa)
Rodovia Washington Luiz, Km 235, CEP
13565905 – Monjolinho, São Carlos/SP Fone: (16)
3324-0999, e-mail: marciaduar@yahoo.com.br

Joice Daiane Muniz
Aluna do curso de Licenciatura em Educação Especial

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP – Brasil. Fone (16) 3351-8110. Endereço eletrônico: cephumanos@ufscar.br

Local e data: _____

Nome do participante da pesquisa: _____

Número e tipo de documento de identificação _____

Assinatura do Sujeito da pesquisa: _____

APÊNDICE III

Questionário sobre as percepções dos professores do ensino comum sobre o trabalho colaborativo e práticas pedagógicas de adaptação curricular.

1. DADOS PESSOAIS

Gênero

() Masculino

() Feminino

Faixa etária

() De 20 a 29 anos () De 30 a 39 anos () De 40 a 49 anos () De 50 a 59 anos

() De 60 anos em diante

2. DADOS DE FORMAÇÃO

Formação Superior

Curso:

Nome da instituição:

Pós-graduação

Curso:

Outros Cursos:

3. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Tempo de experiência profissional _____

Série/ ano que ministra _____

Outras funções que exerce _____

4. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA SALA DE AULA

Quantos alunos você tem em sua sala de aula?

Dos alunos matriculados em sua sala de aula há alunos com deficiência?

() Sim

() Não

Quantos alunos de sua sala de aula possuem algum tipo de deficiência?

() 1

() 2

() 3

() mais de 4

Que tipo de deficiências são? (Pode assinalar mais do que uma opção)

() Intelectual

() Física

() Visual

() Auditivo

() Outro _____

A escola que você atua como professor encontra dificuldades no ingresso e permanência de alunos com deficiência? () Sim () Não Quais?

5. Prática pedagógica

Conte sobre sua prática pedagógica

Você ajusta sua prática de forma a, no contexto de aula, dar respostas às necessidades dos alunos.

Conte como é sua prática pedagógica com o aluno com deficiência matriculado na sala de aula que você atua.

Quais facilidades encontradas nesta atuação?

Quais as dificuldades?

6. Organização e funcionamento do serviço de Educação Especial na escola

Na sua escola há sala de serviço da Educação Especial (por exemplo: recursos multifuncionais, AEE).

() SIM () NÃO

O que você entende sobre este serviço?

Em sua opinião, quais alunos podem frequentar o serviço da educação especial?

Você já encaminhou algum aluno para o serviço da Educação Especial?

Quais critérios você utilizou?

O que você entende sobre o atendimento realizado pela Educação Especial?

Como e quando ele deve ocorrer?

O que você espera do atendimento da Educação Especial de sua escola?

7. Relacionamento com professores da Educação Especial

Você estabelece contato com o professor da Educação Especial?

- Se sim, com qual frequência?

- Se não, porque?

O professor da Educação Especial transmite a você informações sobre o trabalho que está desenvolvendo com o aluno?

- Se sim, conte quais são as informações/orientações transmitidas.

- Se não, por quê?

Você transmite ao professor da Educação Especial informações sobre o trabalho que você desenvolve com o aluno na sala?

- Se sim, conte quais informações são transmitidas.

- Se não, por quê?

8. Conceito sobre trabalho colaborativo

Você já ouviu falar em trabalho colaborativo?

() SIM () NÃO

O que você entende por este conceito?

Você acredita que realiza este tipo de trabalho?

Você sabe qual é a função do professor que trabalha no modelo de trabalho colaborativo?

9. Conceito sobre práticas pedagógicas de adaptação curricular

Você trabalha os conteúdos do currículo escolar desenvolvido na classe comum com o aluno com deficiência?

() SIM () NÃO

Se sim, conte como realiza o trabalho em sala de aula com os conteúdos escolares da série/ano que o aluno frequenta.

- Se não, por quê?

Você faz adequações das atividades ou dos conteúdos para o aluno com deficiência?

() SIM () NÃO

O que você entende por práticas pedagógicas de adaptação curricular de acesso ao currículo?

Você acredita ser necessário fazer esse tipo de adaptação para os alunos com deficiência?

() SIM () NÃO

Por quê? Como deve ser realizado o trabalho de adaptação de acesso ao currículo para os alunos com deficiência?

Para este trabalho ser realizado é necessária a interação entre o professor da educação especial e os professores do ensino comum.

() SIM () NÃO

Por quê?

APÊNDICE IV

Questionário sobre as percepções dos professores da educação especial sobre o trabalho colaborativo e práticas pedagógicas de adaptação curricular.

1. DADOS PESSOAIS

Gênero

() Masculino

() Feminino

Faixa etária

() De 20 a 29 anos () De 30 a 39 anos () De 40 a 49 anos () De 50 a 59 anos

() De 60 anos em diante

2. DADOS DE FORMAÇÃO

Formação Superior

Curso:

Nome da instituição:

Pós-graduação

Curso:

Outros Cursos:

3. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Tempo de experiência profissional _____

Série/ ano que ministra _____

Outras funções que exerce _____

4. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA SALA DE AULA

Quantos alunos você tem em sua sala de aula?

Dos alunos matriculados em sua sala de aula há alunos com deficiência?

() Sim

() Não

Quantos alunos de sua sala de aula possuem algum tipo de deficiência?

() 1

() 2

() 3

() mais de 4

Que tipo de deficiências são? (Pode assinalar mais do que uma opção)

() Intelectual

() Física

() Visual

() Auditivo

() Outro _____

A escola que você atua como professorencontra dificuldades no ingresso e permanência de alunos com deficiência? () Sim () Não Quais?

5. Prática pedagógica

Conte sobre sua prática pedagógica

Você ajusta sua prática de forma a, no contexto de aula, dar respostas às necessidades dos alunos.

Conte como é sua prática pedagógica com o aluno com deficiência matriculado na sala de aula que você atua.

Quais facilidades encontradas nesta atuação?

Quais as dificuldades?

6. Organização e funcionamento do serviço de Educação Especial na escola

Na sua escola há sala de serviço da Educação Especial (por exemplo: recursos multifuncionais, AEE).

() SIM () NÃO

O que você entende sobre este serviço?

Em sua opinião, quais alunos podem frequentar o serviço da educação especial?

Como acontece o encaminhamento dos alunos para o serviço da Educação Especial?

Quais os critérios de avaliação?

Como é realizado o atendimento da Educação Especial

Como e quando ele deve ocorrer

O que você espera do atendimento da Educação Especial de sua escola

7. Relacionamento com professores do ensino comum

Você estabelece contato com os professores do ensino comum

- Se sim, com qual frequência?
- Se não, por quê?

Os professores do ensino comum transmitem a você informações sobre o trabalho que estão desenvolvendo com o aluno com deficiência em sala de aula

- Se sim, conte quais são as informações transmitidas.
- Se não, por quê?

Você transmite os professores do ensino comum informações sobre o trabalho que você desenvolve com o aluno com deficiência no atendimento da educação especial

- Se sim, conte quais informações são transmitidas.
- Se não, por quê?

8. Conceito sobre trabalho colaborativo

Você já ouviu falar em trabalho colaborativo?

() SIM () NÃO

O que você entende por este conceito?

Você acredita que realiza este tipo de trabalho na escola?

Você sabe qual é a função do professor que trabalha no modelo de trabalho colaborativo?

9. Conceito sobre práticas pedagógicas de adaptação curricular

Você trabalha os conteúdos do currículo escolar desenvolvido na classe comum com o aluno com deficiência?

() SIM () NÃO

Se sim, conte como realiza o trabalho com os conteúdos escolares da série/ano que o aluno frequenta.

- Se não, por quê?

Você faz adequações das atividades ou dos conteúdos para o aluno com deficiência?

() SIM () NÃO

O que você entende por práticas pedagógicas de adaptação curricular de acesso ao currículo?

Você acredita ser necessário fazer esse tipo de adaptação para os alunos com deficiência?

() SIM () NÃO

Por quê? Como deve ser realizado o trabalho de adaptação de acesso ao currículo para os alunos com deficiência?

Para este trabalho ser realizado é necessária a interação entre o professor da educação especial e os professores do ensino comum.

() SIM () NÃO

Por quê?

ANEXO I

Parecer Comitê de Ética

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SÃO CARLOS/UFSCAR



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: CONCEPÇÕES DOS PROFESSORES DO ENSINO COMUM E ESPECIAL SOBRE O TRABALHO COLABORATIVO E ADEQUAÇÃO CURRICULAR PARA O APOIO À INCLUSÃO ESCOLAR

Pesquisador: Márcia Duarte

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 50487515.0.1001.5504

Instituição Proponente: Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.321.701

Apresentação do Projeto:

Projeto bem apresentado.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo da pesquisa é analisar a concepção dos professores da sala de aula comum e da educação especial sobre o trabalho colaborativo e adaptação curricular para o apoio à inclusão escolar do aluno com deficiência.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos e benefícios estão adequadamente descritos no TCLE.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa parece relevante, riscos e benefícios, bem como as ações para evitar ou amenizar os riscos, estão descritas no TCLE.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O TCLE contém todas as informações necessárias aos responsáveis pelos possíveis participantes da pesquisa.

Recomendações: